



Aprovado orçamento de R\$ 8 bilhões para 2004

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

Recesso parlamentar inicia contabilizando mais de três mil proposições apreciadas no ano pela Assembléia

Após quase quatro horas de discussão e votação, os parlamentares aprovaram na noite do dia 16 o Orçamento do Estado para 2004, no valor de R\$ 8,814 bilhões, com o texto original enviado pelo Executivo no final de setembro. Isso sem prejuízo das emendas votadas em destaque e que tratam da descentralização da Udesc para o Sul do estado; a destinação de R\$ 4 milhões para o pagamento dos valores atrasados da Defensoria Dativa e de R\$ 500 mil para a construção de casamata para o tratamento de radioterapia no Hospital Teresa Ramos, em Lages; além de investimentos em rodovias nos trechos Ibicuí-BR-470 (Campos Novos) e Monte Carlo-Tangará; e das emendas enviadas pelo Executivo para garantir contrapartida aos programas Mi-

crobas 2 e BID IV.

Ao total foram apresentadas 440 emendas e acatadas 114 pelo relator, deputado Antônio Ceron (PFL), que procurou trabalhar sem descaracterizar o projeto enviado pelo Executivo. O parlamentar



Deputados cumprimentam-se depois de um dia inteiro de votações

apontou ainda, em seu parecer, que o Orçamento do Estado está aplicando R\$ 20 milhões a menos do que os 25% previstos pela Constituição para educação e R\$ 51,5 milhões a menos do que os 12% destinados à saúde. No dia 7, o Legislativo aprovou o PPA 2004-2007,

que prevê investimentos de R\$ 52,377 bilhões e acolheu as reivindicações levantadas nas audiências do regionalizado.

Esta edição especial do *AL Notícias* faz um balanço do primeiro ano da 15ª legislatura.

Instalado Fórum em defesa da água



Solenidade contou com a presença de autoridades estaduais e federais na área ambiental

Um dia antes de entrar em recesso, na manhã do dia 15, a Assembléia realizou os trabalhos de instalação e posse dos integrantes do Fórum Permanente de Preservação da Bacia do Rio Uruguai e Aquífero Guarani, sob a coordenação do presidente da Casa. Presidido pelo deputado Sérgio Godinho (PTB), é integrado pelos deputados Joares Ponticelli (PP), Romildo Titon (PMDB), Jorginho Mello (PSDB), Dionei da Silva (PT), Antônio Ceron (PFL) e Odele de Jesus (PL) e pelo ex-deputado estadual, Idelvino Furlaneto, que vai atuar como coordenador.

O Aquífero Guarani é a principal reserva subterrânea de água

doce da América do Sul e um dos maiores sistemas aquíferos do mundo. Ele ocupa área de 1,2 milhão de quilômetros quadrados - o equivalente aos territórios da Inglaterra, França e Espanha -, sendo 840 mil quilômetros quadrados localizados no Brasil. O restante fica na Argentina, Paraguai e Uruguai. O Fórum vai trabalhar para a recuperação ambiental, manutenção e preservação do Aquífero, Bacia do Rio Uruguai e Estuário do Rio do Prata, além de promover o manejo dos recursos naturais renováveis.

Administração

Ações geram economia e permitem investimentos

Meta é ampliar o controle social da AL

No balanço do primeiro ano de gestão, o presidente da Casa, Volnei Morastoni, destaca a ampliação do controle social do legislativo catarinense, tanto no que diz respeito à condução administrativa quanto naquilo que concerne ao seu desempenho enquanto fórum de representação dos catarinenses. Abaixo, Morastoni avalia o desempenho do parlamento e o leitor do *AL Notícias* pode conferir, nas próximas páginas, o trabalho realizado em 2003.

AL Notícias – Qual foi a tônica da relação com o Executivo?

Morastoni – Independência, harmonia e compreensão. Estas foram as marcas da relação, não apenas com o Executivo, mas com o Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público. Um relacionamento civilizado e respeitoso. Fomos aos chefes dos outros Poderes, e também recebemos a sua deferência com frequência.

AL Notícias – E a interlocução com o governo Lula?

Morastoni – A Assembléia tem sido instrumento de mediação, de porta-voz, dos interesses de todos os segmentos da sociedade catarinense junto ao governo Lula, cumprindo um papel de centro de referência para o encaminhamento de propostas e reivindicações. No setor pesqueiro, intermediamos conversações com a Secretaria Especial da Pesca e com o Ministério do Meio Ambiente, depois de promover encontros e audiências com os segmentos da pesca artesanal e industrial que culminaram com a entrega da Carta de Itajaí ao secretário especial José Fritsch e à ministra Marina Silva, no dia 12 dezembro. O documento, de 160 páginas, é uma proposta elaborada pelos sindicatos patronais e de trabalhadores da pesca, Ministério da Agricultura e ministérios públicos Federal e Estadual e contém alternativas para a isca-viva, que interfere nos estoques da sardinha, além de propostas de política para o setor. A proposta será analisada pela comissão composta recentemente pelos dois ministérios para



Morastoni em coletiva à imprensa

definir políticas para a pesca. No mesmo encontro, recebemos a notícia de que o presidente Lula determinou a equalização do preço do óleo diesel, a ser feita via decreto, pleito apresentado por nós. Esta equiparação do preço do diesel nacional com o internacional é uma das maiores conquistas do setor da pesca, pois reduzirá o custo operacional em torno de 70%. Outro pleito que se concretizou é a liberação de R\$ 580 mil, pelo Ministério dos Transportes, que serão usados na conclusão dos três trevos de interseção do município de Itajaí com a BR-101. A volta da unidade da Petrobras, fechada no último dia do governo Fernando Henrique, foi outra grande vitória.

AL Notícias – Qual sua avaliação dos trabalhos legislativos?

Morastoni – Trabalhamos sintonizados com os líderes das bancadas e presidentes de Comissões, num ano de muito trabalho, com dezenas de audiências públi-

cas, indo muito além das funções estritamente legislativas, onde também foi intenso o ritmo. Ao mesmo tempo em que trabalhamos no interesse suprapartidário, garantimos o espaço e a livre participação de cada parlamentar, respeitando a proporcionalidade das bancadas.

AL Notícias – A Assembléia cumpriu seu papel fiscalizador?

Morastoni – Ampliamos este papel e o controle social. O setor empresarial está ajudando no papel fiscalizador da AL. Abrimos as portas do Poder para todos os segmentos, levamos a Assembléia a todo estado, atendendo convocações de Câmaras, prefeituras e de sociedade organizada na realização de audiências públicas sobre temas fundamentais para o desenvolvimento e qualidade de vida dos catarinenses. Nesse sentido, uma grande inovação foi a Ilha de Acesso Popular, mais um espaço dedicado totalmente aos catarinenses, promovendo a inclusão digital. Promovemos mudanças no processo administrativo, adotando sistemas de total transparência, gerando economia e abrindo espaço para novos investimentos. Nosso setor de comunicação tem sido essencial também nesse processo de ampliação do controle social da AL.

Trabalho parlamentar no recesso

Durante o recesso parlamentar, que termina em 15 de fevereiro de 2004, a Assembléia conta com um órgão representativo integrado por parlamentares, a Comissão Representativa. Composta por oito deputados e presidida pelo presidente da Casa, sua constituição e funcionamento estão determinados no Regimento Interno (Capítulo VIII, Artigos 42 e 43).

Deputados que integram a Comissão Representativa:

Volnei Morastoni (PT)
Odete de Jesus (PL)
Joares Ponticelli (PP)
Afrânio Boppré (PT)
Paulo Eccel (PT)
João Paulo Kleinübing (PFL)
Manoel Mota (PMDB)
Djalma Berger (PSDB)
Antonio Carlos Vieira (PP)

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)
1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)
2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)
1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
2º Secretário: Altair Guidi (PP)
3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)
4º Secretário: Francisco de Assis (PT)
Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa
Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira
Coordenador: Celso A. S. da Rosa
Chefe de Redação: Rubens Vargas
Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon
Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandy Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tonini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira
Diagramação e artes: Rafael dos Santos

Revisão: Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas e Celso A. S. da Rosa

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

O que foi feito em 2003:

Mesa Diretora em 2003

Reuniões ordinárias	36
Reuniões extraordinárias	01
Processos administrativos	
Deferidos	355
Indeferidos	78
Arquivamento	05
Diligência	35
Deferidos parcialmente	45
Consultas	13
Outros	09
Total	540

Pregão presencial

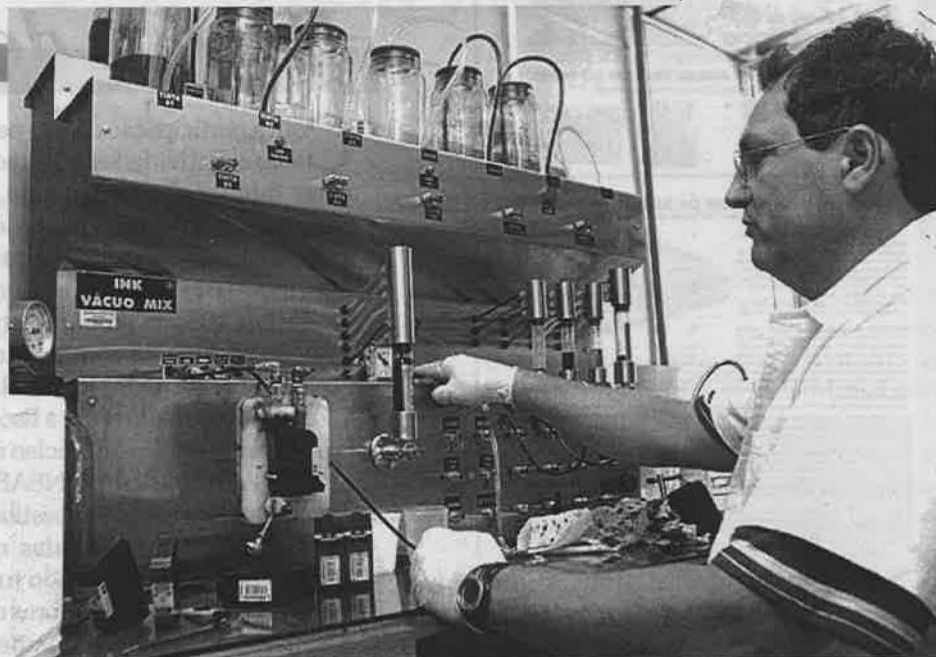
Instituído a partir de junho deste ano, o pregão presencial, uma das modalidades licitatórias, produziu uma economia de R\$ 500 mil. A grande diferença é que esta modalidade de licitação pode ser realizada com a presença dos fornecedores. A negociação do preço na hora da compra possibilita economia de até 30% entre o custo médio de mercado e o efetivamente negociado.

Amplia a concorrência e, em consequência, a redução nos valores ofertados. Podem ser adquiridos através do pregão presencial material de expediente, equipamentos, combustível, gêneros alimentícios e feitas locações. O uso deste processo licitatório só não se aplica a questões mais complexas, como obras de engenharia.

Economia

Desde sua posse em fevereiro de 2003, o presidente Volnei Morastoni, juntamente com sua equipe e com apoio dos demais parlamentares membros da Mesa, priorizou investimentos, ancorados em estudos e análises técnicas que mostraram o caminho da economia, como a aquisição de equipamentos em substituição aos locados, que vão representar uma economia de R\$ 1 milhão a partir de 2004.

Valor semelhante deverá ser economizado na área de informática com o uso do software livre que, além de modernizar as 500 estações existentes na Assembléia, trará atualização de licenças dos programas usados gratuitamente. Isso representará economia de R\$ 2,4 mil por estação. Uma recarregadora de cartuchos de tinta para impressoras foi adquirida, gerando economia de 80%, pois os cartuchos de todos os setores, incluindo gabinetes, são



Recarregador de cartuchos gerou 80% de economia

recarregados. Um cartucho novo custa em média R\$ 90, e o recarregado, R\$ 7.

Outra medida que irá gerar economia estimada de R\$ 600 mil/ano é a aquisição de equipamentos que atualmente são locados para atender as necessidades de funcionamento da Televisão da Assembléia Legislativa (TVAL). A implementação de nova tec-

nologia no sistema de telefonia reduzirá os custos anuais em R\$ 400 mil.

Todos os compromissos financeiros estão em dia e o saldo no caixa é positivo. Atualmente, a receita da AL fica em torno de R\$ 12,5 milhões a R\$ 13 milhões, dependendo da arrecadação do Estado.

Plano Diretor

Possibilitar um melhor espaço para a sociedade, de maneira que a Assembléia Legislativa possa ser um centro de referência para a população, é um dos objetivos do Plano Diretor atual. Será iniciada, no próximo ano, a primeira etapa do projeto que prevê a ampliação de espaço para desenvolvimento das atividades legislativas e de relacionamento com a sociedade. Serão quatro novas salas de reuniões, totalizando seis que aten-

derão às reuniões das 12 comissões permanentes, dos fóruns e das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), além de audiências públicas. Será viabilizado espaço para a Coordenadoria das Comissões, Coordenadoria e Consultoria Parlamentar, Coordenadoria do Orçamento Estadual, taquigrafia, dois mini-auditórios com capacidade para 100 pessoas e um com 500 lugares, podendo se tornar uma praça de eventos.

Saúde do servidor

Novos serviços de medicina complementar como acupuntura, homeopatia, fitoterapia, massoterapia e o Projeto Fenix, de combate ao tabagismo, passaram a ser oferecidos aos servidores e seus dependentes. As mudanças na Divisão de Saúde da Casa foram apresentadas pessoalmente pelo presidente Volnei Morastoni (PT). Para acomodar as mudanças, foram remanejados espaços, melhorando os serviços desde a recepção até as áreas reservadas aos serviços de psicologia, enfermagem e laboratorial.

A Divisão está desenvolvendo campanhas educativas, atividades físicas, exames preventivos, hábitos alimentares e doenças crônico-degenerativas. Em atuação conjunta com a nutrição, o restaurante dos servidores está melhorando a qualidade e a variedade dos alimentos oferecidos. Está em funcionamento a ginástica laboral, em convênio com o curso de Educação Física da Udesc. Como estímulo à atividade física foi firmado convênio com o Sesc, para que os funcionários e seus dependentes tenham acesso a diversas modalidades oferecidas a custo reduzido.



Setor de saúde foi incrementado

Responsabilidade Social

Assumindo sua parcela de responsabilidade quanto às questões sociais, a presidência da AL desenvolveu alguns programas em 2002, destacando-se a implantação do **Projeto Antonieta de Barros**, direcionado a jovens em situação de risco social. Vinte e dois jovens que residem em áreas de risco, com renda familiar inferior a 2,5 salários mínimos, idade entre 16 e 24 anos, serão contratados como estagiários, recebendo bolsa de trabalho de R\$ 350. O programa tem acompanhamento da Escola do Legislativo e terá custo mensal de R\$ 7 mil.

A **inclusão digital** para visitantes da Assembléia, com a disponibilização de uma ilha de acesso à Internet com quatro terminais de computadores e curso de informática para jovens carentes, foi outra ação buscando atender a responsabilidade social. A chamada **ilha de acesso popular** disponibiliza os terminais a todas as pessoas que passarem pela Casa.

Além disso, o parlamento engajou-se nas ações do **Fome Zero** - com a implementação de um Fórum Parlamentar Permanente -, na luta contra a **AIDS** - abrindo espaço permanente nos veículos de comunicação do Poder para mensagens de conscientização -, em campanhas de estímulo à adoção de crianças e adolescentes e a doação de órgãos, entre outras.

Comunicação

Informe da Presidência
 A Situação Retrazida Abaixo Esta com os Dias Contando

REFORMA DO TERCEIRO ANDAR VAI SAIR DO PAPEL
 A SITUAÇÃO RETRAZIDA ABAIXO ESTA COM OS DIAS CONTANDO



Chaveiros e outros funcionários estão trabalhando para concluir a reforma do terceiro andar da Assembleia Legislativa. A reforma deve ser concluída em dezembro de 2003.

NOVO PLANO DIRETOR DA AL ESTÁ PRONTO
 A proposta do plano diretor está sendo discutida no "Salão da Casa" da Assembleia Legislativa.

Tudo em andamento para o novo plano diretor da Assembleia Legislativa. A proposta está sendo discutida no "Salão da Casa" da Assembleia Legislativa.

De acordo com o plano diretor, a Assembleia Legislativa deve ser reformada e modernizada. A proposta está sendo discutida no "Salão da Casa" da Assembleia Legislativa.

A Assembleia Legislativa aprovou o plano diretor da Assembleia Legislativa. A proposta está sendo discutida no "Salão da Casa" da Assembleia Legislativa.

O plano diretor da Assembleia Legislativa prevê a construção de um novo prédio para a Assembleia Legislativa. A proposta está sendo discutida no "Salão da Casa" da Assembleia Legislativa.

A Assembleia Legislativa aprovou o plano diretor da Assembleia Legislativa. A proposta está sendo discutida no "Salão da Casa" da Assembleia Legislativa.

O plano diretor da Assembleia Legislativa prevê a construção de um novo prédio para a Assembleia Legislativa. A proposta está sendo discutida no "Salão da Casa" da Assembleia Legislativa.

A Assembleia Legislativa aprovou o plano diretor da Assembleia Legislativa. A proposta está sendo discutida no "Salão da Casa" da Assembleia Legislativa.

O plano diretor da Assembleia Legislativa prevê a construção de um novo prédio para a Assembleia Legislativa. A proposta está sendo discutida no "Salão da Casa" da Assembleia Legislativa.

A Assembleia Legislativa aprovou o plano diretor da Assembleia Legislativa. A proposta está sendo discutida no "Salão da Casa" da Assembleia Legislativa.

O plano diretor da Assembleia Legislativa prevê a construção de um novo prédio para a Assembleia Legislativa. A proposta está sendo discutida no "Salão da Casa" da Assembleia Legislativa.

De circulação semanal e interna, disponível também no endereço www.alesc.sc.gov.br, o **Informe da Presidência** é uma das formas de dar absoluta transparência às ações administrativas, conforme metas estabelecidas pela atual gestão.

Escola do Legislativo

Com a participação de 899 pessoas em atividades desenvolvidas interna e externamente, a Escola do Legislativo, presidida pelo deputado Wilson Vieira – *Dentinho* (PT) encerra um ano produtivo, em que procurou atuar mais próxima da comunidade no segmento da inclusão social.

Convênio firmado entre a Escola e a Udesc, através do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), desenvolveu o Projeto Pré-vestibular Comunitário, com aulas no período noturno, atendendo turma de 35 alunos: 15 servidores da Assembléia e seus dependentes; 10 estudantes pré-definidos pelo NEAB e as outras 10 vagas distri-

buídas aos indicados pelo Centro de Educação e Evangelização Popular. Os pré-requisitos observaram a condição sócio-econômica dos estudantes, cuja a renda familiar deve ser de 0 até 2,5 salários mínimos, além de estar inscritos no vestibular do próximo ano. Os professores são bolsistas cedidos pela Udesc.

Estabeleceu convênio com a Escola Superior de Educação Corporativa (Esec), que oferece cursos de graduação a servidores do Legislativo e seus dependentes nas áreas de Administração em Finanças e Administração em Marketing, com descontos de 20% a 36,5% nas mensalidades, de acordo com o número de participantes de uma mesma fa-

mília. Outras duas parcerias foram feitas com escolas de idiomas. Nestes cursos, o subsídio da mensalidade é de 35%.

A Escola ainda deu seqüência e ampliou este ano o seu **Ciclo de Debates**, com palestras, seminários, videoconferências, abordando temas de interesse da sociedade. Foram três etapas, que levaram a Escola a diversas cidades do Estado. Para o público interno, ofereceu cursos abordando o regimento interno, as comissões permanentes, assessoria parlamentar e de comunicação, atendimento ao público e Linux (sistema aberto de informática), além de proporcionar a conclusão do ensino fundamental e médio.

Software Livre

Outra forma de gerar economia foi o investimento no *software livre*. De acordo com a Divisão de Informática, a maior dificuldade apresentada com o uso do sistema antigo era o custo, a segurança e a liberdade das 500 estações existentes na Casa, que se encontravam ultrapassadas.

A atualização e renovação das licenças de todas as estações representariam um gasto em torno de R\$ 1 milhão, valor que será economizado com a adoção do software livre, que permite aos usuários executar, copiar, distribuir, estudar, modificar e aperfeiçoar o *software* sem custos. Além da vantagem econômica, outro benefício da adoção do *software livre* é o ganho em qualidade e agilidade dos serviços na Casa. A meta é ter todos os computadores com o novo sistema até o final de 2004.

Portal de acesso

Inovações foram feitas no portal de acesso da Assembleia Legislativa na *Internet* (www.alesc.sc.gov.br), desenvolvido inteiramente pelos servidores e utilizando *software livre*. Na página estão todos os atos do Parlamento, como o Diário da Alesc, a Agenda de Eventos, Agenda do Presidente, Legislação, Processo Legislativo, projetos em tramitação, lista de funcionários por lotação e por nome, ouvidoria on-line – criada para receber denúncias, sugestões e críticas –, clipping digital, notícias em tempo real, links gerais de serviços governamentais e dos demais poderes.

Disponibiliza instrumento de pesquisa sobre a legislação e projetos em tramitação. Também é possível fazer o acompanhamento sobre o mandato dos deputados selecionando o nome do parlamentar e o ícone sobre seus pronunciamentos, notícias, eleição, proposições.

Rede Lógica

A rede lógica também recebeu investimentos para modernizar e agilizar os trabalhos. Serão disponibilizados quatro pontos de rede em cada gabinete parlamentar com velocidade dez vezes maior que a anterior. O cabeamento foi reestruturado e mais de 50 mil metros de cabos foram removidos com a setorização. Com o planejamento, o investimento na nova rede lógica foi reduzido pela metade do valor orçado inicialmente.

TV AL

Buscando a qualidade da programação visual, a TV AL – canal de televisão da Assembleia Legislativa –, mudou sua marca, criou novas vinhetas que valorizam as imagens, cores e símbolos de Santa Catarina. A partir de 19 de agosto, passou a exibir o Jornal da Assembleia, diariamente, ao vivo, em duas edições (às 13h e 18h30), apresentando as principais notícias do dia no parlamento estadual. Fechou parcerias com a Radiobras, o sistema Sesc/Senai, Epagri e TV Cultura de São Paulo, ampliando o

alcance e a diversidade da sua programação. Apresenta ainda entrevistas ao vivo e gravadas com os assuntos de maior repercussão no Legislativo e no Estado.

A partir de 2004, a TV AL será associada da TAL - Televisão América Latina -, uma organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos, voltada à integração cultural, social e econômica da América Latina. A parceria terá início em meados de 2004, com inserção da programação da TV AL na emissora internacional e vice-versa.



(foto Carlos Kitzun)

Catarinenses ganham jornal diário

AL Notícias

Com formato novo, maior número de páginas, conteúdo ampliado e diversificado inaugurado em dezembro do ano passado, o AL Notícias – jornal semanal do Poder Legislativo –, em 2003 acompanhou, dentro ou fora da sede, todas as atividades do Poder Legislativo, parlamentares e administrativas, ao mesmo tempo em que aperfeiçoou seu projeto gráfico, sua logotipia – que acompanha a usada pela TV AL e pela Rádio Alesc –, e ampliou sua tiragem de quatro mil para oito mil exemplares.

Além da cobertura e divulgação do Poder, consolidou dois espaços essenciais para uma das metas estabelecidas quando do seu lançamento: a página dedicada às entrevistas brindou os leitores catarinenses com idéias, histórias e lutas de dezenas de pessoas, algumas delas celebridades – como as atrizes Neuza Borges e Zezé Motta, Frei Beto, Ziraldo –, outras nem tanto, como Dona Maria de Lourdes: 73 anos, mulher, negra, catadora de lixo nas ruas de Florianópolis – ou melhor, recicladora.

No *Comunidade*, os catarinenses que recebem o AL Notícias também percorreram diversas regiões do Estado com os jornalistas e fotógrafos, conhecendo desde atividades de pessoas e organizações da sociedade civil dedicadas a crianças, adolescentes, idosos, até problemas e soluções encontrados por municípios de todo o Estado para a área ambiental. Problemas, denúncias e soluções manifestadas por comunidades diversas – desde pescadores do Sul do estado aos moradores dos morros da Capital –, fizeram da contra-capta do jornal uma das mais visadas pelos leitores.

Em 2004, a meta é ampliar tanto o número de páginas quanto a tiragem, consolidando o papel do AL Notícias como interface entre catarinenses e seus representantes no Legislativo.

2003: A avaliação das diretorias da Casa

Procuradoria de Finanças

"Verificamos um zelo muito especial em relação a esta área, tanto que vamos chegar ao final do ano com o orçamento sem problema algum. Na questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto a gasto de pessoal, a Assembléia está se adequando abaixo do limite prudencial estabelecido, e deveremos estar alcançando este patamar nos primeiros meses de 2004. Um trabalho com muito cuidado, com planejamento e que está tendo um resultado muito interessante. Vamos ficar com as finanças da Casa em ordem, com muita tranquilidade neste ano".

Cesar Luiz Belloni Faria, procurador

Divisão de Documentação

"Uma das coisas mais importantes foi o primeiro passo dado para a reforma administrativa, com a formação de grupos de estudos. O mais significativo no meu setor foi quanto à disponibilização de informações na área de legislação: a página da Assembléia sofreu mudanças e os equipamentos que estão sendo adquiridos estão promovendo acesso mais rápido às informações do Poder Legislativo. Isso tem contribuído para melhorar os serviços e aperfeiçoar o tipo de informação levada ao público".

Vera Lúcia Farias, diretora

Divisão de Recursos Materiais

"A implantação do sistema de pregão, um procedimento econômico e transparente, foi mais importante neste primeiro ano. Isso foi um dos grandes passos do nosso setor. Temos buscado implantar uma nova consciência de economia. Em muitos casos, temos discutido com os departamentos sobre as necessidades de aquisição de material ou equipamentos: se há real necessidade de adquirir, se não há a possibilidade de substituição, de criar uma nova alternativa para atender aquela necessidade. Acho que uma das coisas que deixamos marcadas no ano foi uma retomada de consciência pela valorização do bem público, pela economia, da real necessidade de adquirir aquele bem."

Arnaldo Francisco da Silva, diretor

Departamento Administrativo

"Foram marcantes as iniciativas para modernização. Como exemplo, cito o sistema de informática, que foi refeito e que já está ativo, otimizando sensivelmente a eficiência, o conceito de modernização. Com o sistema de informática modernizado, se amplifica, de forma significativa, os dados e elementos que interessam à comunidade, os conteúdos que estão na rede de informática".

José Buzzi, diretor

Divisão de Serviços Gerais

"Eu acho que os recursos (públicos) estão sendo bem aplicados. Nós colocamos o interface, na Central Telefônica, que direciona as ligações telefônicas. Isso vai dar uma economia mensal de R\$ 30 mil. Outra ação que vai permitir uma grande economia é o tarifador adquirido para a nossa Central. A implantação da rede lógica foi muito importante também."

Claudir José Martins, diretor

Sala de Imprensa

"A comunicação é uma área que a gente sente que o investimento está sendo prioritário nessa nova administração. A TV Assembléia e o Jornal, por exemplo, estão tendo todo o suporte administrativo e financeiro, realizando um trabalho de total isenção, atendendo a todos os parlamentares. Aqui, na Sala de Imprensa, estamos trabalhando com total liberdade e isenção, todos os partidos têm acesso ao espaço. A atual administração nunca precisou reparar nada, foi tudo muito bem feito e de comum acordo com a administração".

Jamile Machado, coordenadora

Coordenadoria e Controle do Orçamento Parlamentar

"Do ponto de vista do zelo administrativo, é uma meta que o presidente traçou e vem cumprindo rigorosamente. A gente percebe que em função do zelo, da economia e do cuidado que ele tem com os recursos públicos há possibilidade de novos investimentos. Como nós temos que realizar nossos serviços, conseguimos com essa administração, a modernização do sistema de informática, então isso vai nos ajudar bastante".

Ado Steiner, coordenador

Departamento Parlamentar

"Para a administração do departamento parlamentar o mais importante que essa gestão realizou foram os cursos de regimento interno com as comissões e da mesa dos deputados, que facilita o nosso trabalho em relação aos deputados e demais setores da Casa".

José Alberto Braunsperger, diretor

Coordenadoria das Comissões

"O mais importante foram os investimentos que permitiram a participação da sociedade nos eventos. A nossa área, que cuida basicamente do debate, do processo legislativo, foi definitivamente o setor que mais ganhou na nossa avaliação, na medida que a sociedade passou a ter uma participação muito mais intensa. Se ampliou a maneira da sociedade tomar conhecimento e posições e até reagir em relação ao que o Legislativo produz. Além do trabalho das comissões permanentes que pode ser acompanhado, temos as audiências públicas e fóruns permanentes. Temos também a divulgação através dos veículos de comunicação da Assembléia. Essa interação com a sociedade, processo que possibilitou sua aproximação com o Poder Legislativo, foi o grande feito da atual administração na nossa área".

Jaime Mantelli, coordenador

Centro de Informações

"A coordenadoria de informações pensa sempre no lado da economia mesmo, tanto quanto ao material, como papel, até telefones, encaminhamentos via correio. O que se faz hoje é encaminhar via e-mail, para otimizar os nossos custos, assim economizamos também os telefones para minimizar todos os custos que a Casa tem com este setor. Por isso, destaco os investimentos na área da informática, através da rede lógica, que realmente facilitou o acesso com maior rapidez, dando mais eficiência e agilidade ao nosso trabalho".

Maria Luiza Dalbosco, coordenadora

Divisão de Informática

"Foram importantes os investimentos no software Proclegis, ou seja, tramitação de matérias e expediente, na Rede Lógica, que serve para aumentar a velocidade do processamento e também a aquisição de computadores novos.

O que mais me chamou a atenção foi o planejamento feito pela equipe, que resultou em economia para a Casa. Muitas empresas elogiaram pela ampla abertura e a transparência dos processos licitatórios.

Jean Carlos Sestren, diretor

Divisão de Administração Financeira

"O setor financeiro é uma área técnica que exige um planejamento junto à presidência da Casa com controle de gastos. E isso foi feito, facilitando o trabalho em todos os setores, dando condições para realizar planejamento e em, conseqüência, redução de despesas. Foi estabelecido inclusive um cronograma de pagamento de pessoal e das demais obrigações".

Hildo Tramontin, diretor

Divisão de Serviços Técnicos e Manutenção

"Uma das ações mais significativas é, sem dúvida, o projeto de ampliação das instalações físicas da Assembléia Legislativa, prevista no Plano Diretor realizado pelo arquiteto que projetou o prédio. Está previsto construção no anexo norte, sul e auditório. Estamos em fase de licitação dos projetos complementares do anexo norte e do auditório com capacidade para 500 pessoas e a reforma do terceiro andar. Todas as mudanças estão previstas no Plano Diretor que norteia agora as nossas ações e construções e têm como objetivo melhor atender ao público catarinense".

Edenilson Acorsi, diretor

Coordenadoria de Licitações

"A Coordenadora de Licitações deu um grande passo quando implementou o sistema de licitações, denominado Pregão Presencial. Esse sistema de licitação possibilitou que nas aquisições realizadas durante o ano de 2003, a Casa tivesse uma economia que gerou mais benefícios às outras atividades realizadas aqui neste Poder. Foi um grande avanço para contribuir com a eficiência e com a economicidade da Alesc".

Osmar Rogge, coordenador

Presidente**Volnei Morastoni (PT)**

Entre as principais lutas do mandato do parlamentar itajaiense estão os esforços junto ao governo federal pela internacionalização do Aeroporto de Navegantes e pela flexibilização das taxas de embarque para vôos charter entre países do Mercosul. Empenhou-se na defesa da manutenção do certificado de filantropia da Univali e pela conclusão dos trevos de acesso a Itajaí, na BR-101. Também teve destaque a atuação decisiva de Morastoni junto ao governo Lula na luta pelo retorno da Petrobras a Itajaí.

Entre os projetos de sua autoria, merecem destaque o projeto de lei que institui o *Dia Estadual da Cultura e da Paz*, e a Lei nº 12.691, criando o *Dia do Leonismo Catarinense*.

**Vice-presidente****Onofre Agostini (PFL)**

Além dos atendimentos ao público na parte social (através de sua assessoria, em gabinete), o parlamentar encaminhou várias proposições.

É dele substitutivo à projeto de Rogério Mendonça, que altera lei de 93, dando passe livre no transporte coletivo intermunicipal aos portadores de deficiência. Onofre também quer mudar a lei ampliando de quatro para seis meses a licença maternidade. Outro projeto do parlamentar, em tramitação, determina que as concessionárias de telefonia fixa coloquem contadores de pulso em cada ponto de consumo no endereço que estiverem instaladas.

**2º Vice-presidente****Nilson Gonçalves (PSDB)**

Entre seus projetos de lei destacam-se o que autoriza o governo estadual a construir casas residenciais dentro de áreas escolares, para servir de moradia a policiais que farão a vigilância das escolas públicas, e o que obriga as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos.

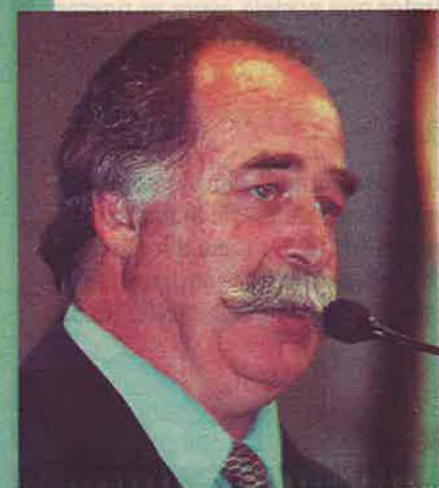
Proposta de sua autoria pretende isentar pessoas maiores de 65 anos do pagamento

de taxas estaduais para renovação da carteira de habilitação, emitida pelo Detran. Outro destaque é o PL que estabelece a obrigatoriedade do uso de equipamento para identificação de dinheiro falso nos bancos. A instituição de bônus pecuniários e de pontuação por merecimento aos integrantes da Polícia Civil e Polícia Militar, em casos de apreensão de armas, também está sendo proposta por Gonçalves.

**2º Secretário****Altair Guidi (PP)****1º Secretário****Romildo Titon (PMDB)**

Preside a Corregedoria da Casa. Representante do Meio Oeste e Planalto Sul, Titon propôs e conseguiu apoio de seus pares para instalar o Fórum Parlamentar Permanente da BR-282 (trecho Lages-São José do Cerrito-Vargem-Campos Novos), por ele presidido. Emenda à Lei do Simples de sua autoria corrigiu injustiça cometida com as vinícolas, que pagavam ICMS na compra da uva e na industrialização de sua produção. Agora estão isentas do tributo na compra da uva.

Também destaca-se a proposta de regulamentação da concessão de subvenções sociais às associações de bombeiros comunitários e voluntários. A regulamentação definiu, baseada na população dos municípios sede das associações de bombeiros, o limite mínimo de recursos destinados a cada instituição. Antes apenas quatro ou cinco associações de bombeiros voluntários consumiam mais de 50% do montante.

**3º Secretário****Sérgio Godinho (PTB)**

Em seu primeiro mandato e representando a Região de Lages, propôs a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Casan, em andamento na Casa. Como integrante da Mesa, o parlamentar, por força regimental, não pôde integrar a CPI.

É de sua autoria projeto de lei visando diminuir a violência no trânsito próximo às instituições de ensino, garantir a segurança para professores, alunos, funcionários e evitar o comércio de drogas lícitas e ilícitas. Apresentou 31 emendas ao Plano Plurianual de Ações para assegurar diversas obras na região. Faz parte do Fórum Permanente Pró BR-282, que permitiu a retomada das obras na rodovia. Participou diretamente da criação do projeto que criou o Revigorar, que reduziu multas aplicadas a em-



presas inadimplentes com o Tesouro estadual. É membro de nove fóruns parlamentares permanentes e integra ainda a Comissão de Reforma Administrativa da Assembléia.

4º Secretário**Francisco de Assis (PT)**

Tramitaram na Casa 20 projetos de autoria do parlamentar. Desses, oito foram sancionados pelo governador e transformados em leis estaduais. Há também mais dois projetos aguardando sanção. Em junho, foi promulgada pela Mesa emenda constitucional emancipando o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar. Apresentou mais 46 proposições.

É sua a Lei nº 12.583, obrigando a instalação de dispositivos hidráulicos, com fechamentos automáticos, para controle e a redução do consumo de água em todos os empreendimentos imobiliários públicos estaduais. Pessoas portadoras de deficiência física permanente têm a garantia, na Lei nº 12.587, de cota de 10% do total de casas populares de programas públicos estaduais. Já os motoristas do Estado poderão conferir, por força da Lei nº 12.671, os valores das multas de trânsito arrecadados nas rodovias estaduais ou sob administração de Santa Catarina, pois o governo está obrigado a divulgar os dados. Projeto criando farmácias populares, que comercializarão medicamentos genéricos a preços tabelados, aguarda sanção governamental.



Em seu terceiro mandato, trouxe à discussão, tanto em plenário como em suas bases, na região Sul, os principais problemas, sempre sugerindo soluções pertinentes e exercendo uma oposição responsável.

Em relação à BR-101 destacou a necessidade de o governo estadual dar continuidade ao "Convênio de implantação do ordenamento físico/territorial" da área impactada pela duplicação da rodovia, trecho Palhoça - Divisa SC/RS. Na educação, sugeriu o engajamento das Secretarias Regionais para erradicar o analfabetismo adulto. Reivindicou a definição de políticas para uso do carvão na geração de energia elétrica.

Na área de meio ambiente, propôs audiência pública para avaliar as diferentes iniciativas estaduais relacionadas à reciclagem de materiais e propôs a implantação da Rodovia Interpraías, sem qualquer agressão ao meio ambiente, aproveitando o leito natural da atual estrada. O parlamentar defende a constituição de empresas regionais de saneamento básico, com capital compartilhado entre o Estado, através da Casan, e os municípios.

Crescimento forte e saudável

Na avaliação anual feita pelo líder do PSDB, deputado Jorginho Mello, a atuação da bancada foi determinante. Várias proposições foram apresentadas e relatadas pelo partido, totalizando 77 projetos. Neste ano foi o partido que mais cresceu no Estado e está sendo considerado como o ano de grandes conquistas para a legenda.

Com o intuito de buscar a unidade partidária, o PSDB busca estar sempre inteirado de todas as proposições ocorridas na Alesc. Para que a bancada se torne cada vez mais unida ocorrem reuniões semanais para discutir os assuntos essenciais, bus-

cando decisões harmônicas e coerentes.

Jorginho apresentou projetos importantes como o Projeto nº 375/03, que altera a Lei nº 6.843, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado, tratando da equiparação da aposentadoria da Polícia Militar e da Polícia Civil. Também foi instalado pelo deputado o Fórum Permanente para assuntos relacionados ao Besc, o qual preside. O parlamentar foi relator do Plano Plurianual de Ações 2004/2007. "Se depender desta liderança e de toda a bancada, o crescimento continuará de forma forte e saudável", aposta Jorginho Mello.



Deputado Jorginho Mello

Oposição fiscalizadora



Deputado Joares Ponticelli

Defesa vitoriosa dos projetos do Executivo



Deputado Rogério Mendonça - Peninha

Ocupando seu segundo mandato no legislativo estadual, o deputado Rogério Mendonça - *Peninha*, líder da bancada peemedebista, afirma estar muito satisfeito com o trabalho desempenhado à frente da liderança do seu partido em 2003. "Aprovamos todos os projetos de interesse do governo, como a reforma administrativa, o Pró-emprego, o Revigorar e o reajuste dos servidores da Segurança. Eu e o líder do governo na Assembléia, deputado Herneus de Nadal, não tivemos problemas para que os projetos governamentais fossem aprovados". Sobre as críticas da oposição, Peninha considera que estiveram dentro da normalidade, servindo para reavaliação dos trabalhos e mudança de rumo, se necessário. "Pensei que nos-

sa bancada passaria por um processo mais desgastante, mas para nossa surpresa houve tranquilidade".

Propôs e conduz os *Fóruns Ítalo-Brasileiro*, de incentivo ao intercâmbio entre os dois países, e o da *Adoção*.

Entre os principais projetos de lei de sua autoria aprovados, o que estabeleceu novas regras para comercialização da cebola no Estado; o que cria o Serviço de Mediação Familiar, e o que modificou a lei da gratuidade do transporte intermunicipal a pessoas portadoras de deficiência (lei promulgada em 93, de autoria do ex-deputado Pedro Bittencourt), adequando-a à legislação federal. Incluindo as indicações, os requerimentos e moções, *Peninha* apresentou mais de 200 proposições durante o ano.

"Politicamente, chego ao final deste ano com a consciência do dever cumprido, aquele preconizado pelo Dr. Ulysses Guimarães, de que não há democracia sem oposição fiscalizadora e atuante". A avaliação é do líder do Partido Progressista na Assembléia, deputado Joares Ponticelli, em seu segundo mandato. Quanto à atuação estritamente legislativa, ele avalia positivamente as iniciativas de sua bancada. De sua parte, as principais proposições - em andamento - são o projeto de lei que institui uma política para fomentar e normatizar a aqüicultura e o ante-projeto implementando uma política específica para a ciência, tecnologia e inovação, que deve ser remetido pelo Executivo em março. "Iniciamos ainda, em dezembro, o ciclo de audiências públicas para elaborar o ante-projeto do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro", comenta. Para ele, a Assembléia cumpriu seu papel, com múltiplas atividades e inúmeras audiências públicas.

Joares, é também, primeiro secretário do Bloco Brasileiro junto à União Parlamentar do Mercosul (UPM) e, nesta condição, teve ativa participação em encontros realizados no Brasil e no Exterior representando a Assembléia. Joares tem atuado, nesse segmento, no sentido de ampliar o leque dos países-membros do Mercosul e de preparar a criação do Parlamento Sul-Americano, nos moldes do Parlamento Europeu.

Responsabilidades aumentaram

Compondo a bancada petista no Legislativo pela segunda vez, este é o segundo ano em que Afrânio Boppré está na liderança da bancada. Acredita que foi um ano de adaptações tanto para o Legislativo como para o Executivo. "A composição da Alesc mudou bastante, até mesmo os que antes eram governo tiveram que se adaptar para ser oposição, e confesso que ainda não aprenderam. Quanto ao Executivo, no meu ponto de vista, ficou refém da reforma administrativa que tinha desencadeado a partir de janeiro".

Para Boppré, as responsabilidades do partido aumentaram significativamente com a presidência da Casa. "Atuamos de uma forma independente, apoiamos alguns projetos do governo, mas também fomos contra".

O deputado petista apresentou vários projetos de lei, na maioria voltados à questão da preservação ambiental e qualidade de vida dos catarinenses. Um deles instituiu o dia 22 de setembro como *Dia Catarinense Sem Carro*. Também sobre o mesmo tema, mobilidade urbana, apresentou projeto para rediscussão do uso do espaço urbano, abrindo espaço para trânsito de bicicletas e meios de transporte alternativos. Outra conquista foi a aprovação do projeto que trata da regulamentação do recolhimento de pilhas, baterias e congêneres. A idéia é dar responsabilidade legal aos produtores e vendedores dos produtos, além da educação ambiental com trabalho nas escolas. Também propôs e preside o *Fórum Parlamentar Permanente do Plano Estadual de Educação*.



Deputado Afrânio Boppré

Ação social intensificada



Deputado Narcizo Parisotto

Em seu terceiro mandato, o deputado Narcizo Parisotto, líder da bancada petebista, salienta a colaboração de seu colega de bancada neste ano, deputado Sérgio Godinho. "Contei com a colaboração dele para traduzir em ações o pensamento do PTB", afirma.

A aprovação de seu projeto que proíbe hospitais da rede pública e privada de cobrar valores, no ato ou antecipando internações hospitalares de emergência, foi uma das grandes vitórias contabilizadas pelo parlamentar. A proposta transformou-se na Lei Estadual nº 12.571, sancionada em 7 de abril deste ano. "A Agência Nacional de Saúde (ANS), em período posterior a este, adotou medida semelhante, o que indica que estávamos no caminho certo quando da iniciativa. A condição financeira de um cidadão não pode ser fator determinante para o seu atendimento ou para que os hospitais decidam ou não quem atender", sintetiza. Parisotto também destaca o projeto de lei proibindo a comercialização de bebidas alcóolicas nas rodovias catarinenses, além de encaminhar diversas indicações ao governo, como a que pediu providências em relação à planta conhecida como timbó, de onde é extraída uma substância tóxica usada na fabricação de inseticidas. O timbó é comum na região Oeste e vinha causando grandes prejuízos aos pecuaristas e agricultores por causar intoxicação ao gado bovino. Com relação ao trabalho coletivo, ele salienta o empenho de todos para que fosse viabilizado o campus da Udesc na região Oeste.

Incoerências do governo



Deputado Antônio Ceron

Em seu quarto mandato, o deputado Antônio Ceron conciliou os trabalhos de líder do PFL no Legislativo com a presidência da Comissão de Finanças e Tributação, além de suas atividades como legislador. "Foi uma experiência nova, para mim e para a bancada, mas a oposição feita pelo partido foi diferente da já conhecida. Tivemos que agir, pois o governo não enviou projetos importantes. Restou-nos denunciar à sociedade as incoerências do governo, já que as prioridades de Luiz Henrique não foram as que ele destacou na campanha", resumiu. Além dos inúmeros projetos que o parlamentar recebeu para relatar como membro das comissões permanentes da Casa, encaminhou várias propostas para análise de seus pares. É autor do projeto de lei que propôs a isenção de ICMS a cooperativas que tratam da industrialização e comercialização de produtos recicláveis. Ceron encaminhou, ainda, projeto de lei propondo incentivo ao esporte amador.

Diálogo aberto

O deputado Herneus De Nadal (PMDB), líder do governo em 2003, procurou conciliar a responsabilidade dos trabalhos legislativos, audiências públicas, votações de projetos na Comissão de Constituição e Justiça e em plenário. Sua primeira missão nesta função foi articular apoio entre os partidos com assento na Casa para compor uma mesa eclética e conduzir o deputado Volnei Morastoni à presidência do Poder Legislativo. Sua agenda política foi pautada em temas ligados à geração de empregos, à agricultura, à saúde, à educação e à segurança pública.

Na condição de líder governista, estabeleceu amplas negociações e um diálogo aberto com as demais lideranças de partidos. "Meu objetivo foi garantir apoio na aprovação de diversos projetos de origem governamental, como a reforma administrativa, o Revigora, que concede condições de pagamento às empresas devedoras de ICMS, o Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Pró-emprego e o projeto que estabelece aumento no teto de enquadramento às micro e pequenas empresas - Simples/SC",



Deputado Herneus De Nadal

destaca.

Entre suas principais propostas, o projeto de lei que prevê o aproveitamento de alimentos não-consumidos, com data de validade vencida mas em plenas condições de serem utilizados sem risco à saúde humana, para doação às entidades filantrópicas e às famílias de baixa renda. A proposição está tramitando nas comissões técnicas e deve ir a plenário no começo de 2004. Soma-se a todas as atividades do parlamento - comissões permanentes, audiências públicas e fóruns -, a participação nas reuniões do colegiado do governo.

Defesa dos direitos humanos

Em seu segundo mandato, a deputada Odete de Jesus, líder do Partido Liberal na Alesc, em 2003, foi autora de diversos projetos de lei que declaram instituições de utilidade pública, moções e homenagens a pessoas e entidades que prestam serviços à comunidade, indicações e requerimentos. A tônica de seus pronunciamentos no uso da tribuna esteve voltada à defesa dos direitos da mulher, do consumidor, dos direitos humanos e, principalmente, a defesa dos interesses dos evangélicos, classe que representa no legislativo estadual. Entre os projetos de lei mais polêmicos apresentados destacam-se o Programa de Atendimento Especial à Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual, proibição da cobrança do ICMS nas contas de ser-



Deputada Odete de Jesus

viços públicos estaduais a igrejas e templos de qualquer culto, a obrigatoriedade dos estabelecimentos que vendem gêneros alimentícios a divulgar data de vencimento dos produtos em promoção, a divulgação dos Direitos do Paciente e a obrigatoriedade de implantação de cursos pré-vestibulares gratuitos para jovens carentes na rede pública de ensino.

PARLAMENTARES

Antônio Carlos Vieira – *Vieirão* (PP)



Ex-secretário estadual da Fazenda e servidor estadual, *Vieirão*, em seu primeiro ano de mandato, acompanhou de perto todas as ações governamentais, no estrito cuidado do interesse coletivo, além de dezenas de proposições encaminhadas. Integra duas Comissões Parlamentares de Inquérito – a da Dívida Pública e a da Casan.

Entre as principais propostas do parlamentar, destacam-se a que autoriza o uso, pelas Polícia Civil e Militar, de armas de fogo apreendidas e que estão à disposição da Justiça; a que estabelece o cadastramento estadual dos veículos de atendimento médico de emergência e o cancelamento de débitos autorizados e outros lançamentos da fatura de prestação de serviço. É dele, também, o pedido para que o Tribunal de Contas do Estado realizasse auditoria especial para analisar o processo de construção do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis, localizado no município de São Pedro de Alcântara.

Cesar Souza (PFL)

Reeleito por mais quatro anos, de fazer atendimentos na área social, através de sua assessoria em gabinete, o parlamentar encaminhou 339 requerimentos, aproximadamente 50 indicações e sete projetos de lei.

Entre eles, ainda em tramitação, destaca-se o que inclui na merenda escolar sucos de frutas produzidos no



Estado. O projeto tem respaldo no artigo 153, da Constituição estadual, que determina que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças. Outro projeto importante de autoria do parlamentar diz respeito ao estímulo ao primeiro emprego e emprego após os 40 anos de idade.

Dionei Walter da Silva (PT)

Atuou de forma decisiva para a realização do orçamento regionalizado, que culminou com a inclusão no PPA 2004/2007 de todas as prioridades apontadas em 29 audiências públicas regionais realizadas pela Assembleia.

Preside a CPI da Casan

e seu primeiro projeto aprovado em plenário - assinado também por seus colegas de bancada -, deputados Volnei Morastini e Wilson Vieira - *Dentinho*, trata do uso de softwares livres em todo o âmbito da administração pública.

Junto com o deputado Pedro Baldissera, também da

bancada petista, o gabinete de Dionei produziu cartilha sobre o Plano Safra e, por sua solicitação, a Comissão de Agricultura promoveu audiência sobre crédito fundiário e a 1ª Conferência Interestadual sobre Soberania Alimentar.



José Paulo Serafim (PT)

Realizar um mandato popular, participativo e transparente é a marca do deputado José Paulo, em sua segunda legislatura na Assembleia. É autor do projeto que criou o título *Prefeito Amigo do Meio Ambiente*, que vai homenagear os prefeitos que demonstram responsabilidade, criatividade e prioridade quanto ao tratamento dos resíduos sólidos urbanos.

Também apresentou projeto de lei que autoriza os órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estaduais a adquirir veículos automotores movidos a gás natural ou associados a outro tipo de combustível (bicombustível).



Ana Paula Lima (PT)

Em primeiro mandato, a deputada aprovou 10, dos 27 projetos apresentados. Entre os aprovados, destacam-se o que garante a liberdade de organização dos estudantes de ensino fundamental e médio, e o que autoriza o Executivo a criar o Programa Cruz e Sousa de incentivo à leitura na rede de ensino.

Em tramitação, o projeto que pretende instituir a remuneração mensal de atletas de modalidades inseridas nos Jogos Abertos de Santa Catarina (Programa Bolsa-Esporte), o



que estabelece a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde da rede pública ou privada e que cria o Comitê Técnico Intersetorial de Acompanhamento de Notificações de Violência Contra a Mulher.

Djalma Berger (PSDB)

Em seu primeiro ano de mandato, Berger, integra a CPI da Dívida Pública.

Entre os projetos de lei apresentados pelo parlamentar, destacam-se o que torna obrigatório o fornecimento de cadeira de rodas para deficientes físicos e idosos em estabelecimentos centrais de compras e Shopping Centers; o que autoriza a veiculação de publicidade no encosto de cabeça das poltronas dos ônibus intermunicipais; o que autoriza a instalação de luz intermitente ou rotativa nos veículos de vigilância privada e projeto que dá nova redação ao inciso I, do art. 29, da Lei Complementar nº 170, de 1998, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação.



Lício Mauro da Silveira (PP)

Desarquivou o projeto de emenda à Constituição que visa dar autonomia aos peritos oficiais da Secretaria de Segurança Pública, desatrelando-os do aparelho policial vigente. A proposta será apreciada, por acordo de lideranças, no começo de 2004.

Em maio, por sua iniciativa, foi instituído o Fórum do Petróleo, que acompanha as questões relativas aos royalties pagos pela Petrobras indevidamente ao Paraná há mais de 10 anos. No mesmo mês, também é de sua iniciativa o Fórum para acompa-



nhar a polêmica sobre a redução do número de vereadores.

São de sua autoria a emenda constitucional e a lei complementar que se pultaram as iniciativas de divisão da Ilha de Santa Catarina.

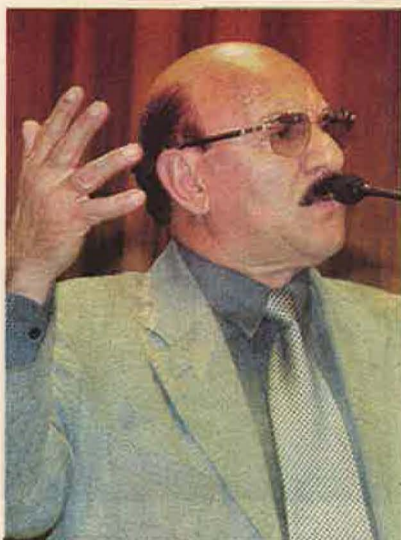
Julio Garcia (PFL)

Membro da Comissão de Constituição e Justiça, foi relator de 53 propostas encaminhadas, entre projetos de lei, de lei complementar, de resolução, de emenda constitucional, de decretos legislativos, mensagens de veto, medidas provisórias, requerimentos e moções.

Dentre os projetos de sua autoria, destaca-se o que trata da emancipação de municípios. A proposta do parlamentar determina suspensão de todos os processos de distritos ainda não emancipados, até que seja sancionada lei federal que regulamenta a matéria. É de sua autoria, ainda, pedido de informação encaminhado ao diretor geral da Administração do Porto de São Francisco solicitando informações se foi rescindido o contrato 15/96 (oriundo do edital de concorrência 002/92) que objetiva o arrendamento de instalações portuárias localizadas dentro da área daquele porto.



PARLAMENTARES



Manoel Mota (PMDB)

Em seu quarto mandato, representante da região Sul, não poupou esforços na tentativa de sensibilizar autoridades estaduais e federais quanto à urgência do início das obras de duplicação do trecho sul da BR-101.

Manteve contatos com ministros, técnicos e parlamentares federais acerca do andamento do

processo da rodovia. Cobrou explicações do governo e a disponibilização de recursos para o Estado. A partir de um requerimento de sua autoria, a AL promoveu uma sessão especial, em outubro, para debater o tema. O evento reuniu lideranças políticas e comunitárias dos três Estados do Sul, inclu-

indo o governador Luiz Henrique da Silveira.

Compondo a base governista, empenhou-se para aprovar projetos de interesse do Executivo, incluindo a reforma administrativa, o Revigorar - matéria da qual foi relator -, o Pró-emprego e o do reajuste dos servidores da segurança pública.



Pedro Baldissera (PT)

O gabinete do parlamentar em primeiro mandato serviu de centro de referência e apoio político aos movimentos sociais, com maior ênfase para as lutas dos trabalhadores rurais.

No âmbito da agricultura, é de sua autoria projeto de lei que assegura o reconhecimento da atividade laboral e a concessão de direitos e benefícios para todos os membros de uma mesma família, que trabalham e produzem em regime de economia familiar, mediante a inclusão de todos, maiores de dezesseis anos, no rol de titulares de um único talão de notas de produtor rural.

Também merece destaque a proposta de emenda constitucional que atribui ao Estado a responsabilidade de indenizar e ou reassentar as famílias de pequenos agricultores cujas terras passem a ser reincorporadas às reservas indígenas. Proposição sua prevê a criação de oito universidades públicas estaduais. Integra a CPI da Casan. É autor de proposta que cria *Área Livre de Transgênicos*.

Nilson Nelson Machado – Duduco (PP)



Parlamentar de primeiro mandato e tendo como bandeira a luta em defesa dos injustiçados, negros, crianças desamparadas e dos idosos, apresentou diversos projetos, já aprovados, concedendo honrarias de mérito. Foram realizadas, a seu requerimento, diversas sessões solenes no plenário com grande participação popular, em homenagens a instituições e pessoas anônimas que prestam relevantes serviços à comunidade. Em todas as ocasiões os participantes foram brindados com coquetel oferecido pelo parlamentar, além de shows musicais.

Como membro da Comissão de Segurança Pública, percorreu o estado nas audiências públicas regionais. Entre suas metas está a criação de uma secretaria pública afro-descendente, administrada somente por funcionários da etnia negra.

Simone Schramm (PMDB)

Suplente, assumiu a vaga deixada pelo deputado Gilmar Knaesel (PSDB), que assumiu a secretaria estadual de Organização do Lazer. Dentre as proposições apresentadas destaque para a que se transformou na Lei nº 12.773, que instituiu o *Programa Leitura de Jornais e Revistas em Sala de Aula*, o projeto de resolução que *Cria Medalha de Mérito Castorina Lobo de São Thiago* - para homenagear professores que realizaram relevantes trabalhos na área da educação.

A deputada participou de cursos e eventos representando a Assembleia em Portugal (*Relações Internacionais, Globalização e Cidadania*), Chile/Argentina (*Missão Empresarial*), Brasília (*I Encontro de Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa e II Encontro Nacional de Deputadas Estaduais*), Curitiba (*XX Painel Latino Americano de Integração*), São Paulo e São Luís do Maranhão (*Congresso da Unale*).

Nelson Goetten (PFL)

É de sua autoria proposta para constituir os fóruns permanentes para exames e averiguação da variação dos preços dos combustíveis, e para debater os custos do ensino superior no Estado.

O parlamentar é autor de projeto de lei que acrescenta parágrafo à Lei 12.005/01 e que normatiza a condição de participação de atletas representantes de municípios nas competições intermunicipais promovidas pelo Sistema Público Esportivo de Santa Catarina.

Foi o relator da matéria que tratou da revisão salarial dos servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.



Wilson Vieira – Dentinho (PT)

A experiência adquirida em três mandatos como vereador em Joinville deu ao deputado a tranquilidade para atuar no legislativo estadual. Trabalha de forma coletiva com seus colegas de bancada. Seu primeiro grande projeto - em parceria da deputada Ana Paula Lima (PT), o *Casa Abrigo*, que trata da proteção às mulheres e seus filhos vítimas de violência -, transformou-se na



Lei 12.630, a partir de julho, assim como o projeto que trata sobre a gratuidade do transporte para policiais.

Com o deputado Volnei Morastoni, desenvolveu diversas ações na *Escola do Legislativo* - a qual preside -, e assinou a proposição, aprovada por unanimidade em novembro, que institui o uso do software livre na esfera estadual, cuja autoria ainda é di-

vidida com o deputado Dionei Walter da Silva. A parceria com Dionei ocorreu também no projeto Pró-Egresso, sobre a inclusão de presos na sociedade, e no que institui o *Programa Estadual de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade e de Inclusão Racial no Estado*. É de sua autoria proposta estabelecendo uma política estadual para a promoção e integração social da pessoa portadora de necessidades especiais.

Ronaldo Benedet (PMDB)

Representante da região Sul do Estado, defende o fortalecimento da economia regional e acredita que é preciso incentivar o associativismo e o cooperativismo. É defensor da agricultura familiar e da educação a distância como uma das formas de democratizar o ensino superior. Autor de 19 projetos de lei.

Proposta de emenda constitucional que eleva de 25 para 30% a fatia do orçamento

destinada à educação é uma das principais, seguida do projeto que determina a inclusão da informática nos currículos de ensino fundamental e médio. Outros dois destaques são o que cria a Universidade Aberta de Santa Catarina - Uniasc, e o que normatiza a adequação de famílias a crianças e adolescentes em situação de risco social. O deputado é relator da CPI que investiga a Dívida Pública.



COMISSÕES

Comissão de Segurança Pública

João Rodrigues – *Presidente*
Wilson Vieira – *Dentinho* – *Vice Presidente*
Dionei Walter da Silva
Ronaldo Benedet
Narcizo Parisotto
Nilson Nelson Machado – *Duduco*
Lício Mauro da Silveira

Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano

Reno Caramori – *Presidente*
Wilson Vieira – *Dentinho* – *Vice Presidente*
Antônio Carlos Vieira
José Paulo Serafim
Manoel Mota
Odete de Jesus
Julio Garcia

Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação e do Mercosul

Celestino Secco – *Presidente*
Joares Ponticelli – *Vice Presidente*
Pedro Baldissera
Afrânio Boppré
Rogério Mendonça
Dado Cherem
Cesar Souza

Segurança**Audiências percorreram o estado**

A Comissão de Segurança percorreu o estado inteiro para ver de perto os problemas na área. “O trabalho permitiu que elaborássemos um diagnóstico com informações exatas, reais, com números, apontados pelos que estão vivendo efetivamente os problemas”, conta o presidente da Comissão, deputado João Rodrigues (PFL). A situação é absolutamente caótica, com efetivo extremamente reduzido, sem equipamentos e com pouco preparo. O sistema penitenciário está falido. Há superpopulação com o agravante de que presos de alta periculosidade estão junto com aqueles presos por pequenos delitos.

“Nosso objetivo é ajudar o governo estadual. Por isso fomos ver de perto, ouvir a população. Encaminhamos o documento final contendo todas as reivindicações e dados levantados nas audiências ao secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, deputado João Henrique Blasi, e ao governador Luiz Henrique, e a receptividade de ambos foi bastante positiva, pois a contribuição da Assembléia foi essencial”, afirma o parlamentar. No próximo ano, a pretensão da Comissão é voltar aos municípios onde aconteceram as audiências para ver o que mudou um ano depois.



Deputado João Rodrigues

“Acima de todas as dificuldades que enfrentamos neste ano, continuamos com força e vigor para levarmos adiante os projetos em defesa do Oeste e do povo catarinense”, diz o parlamentar, pela primeira vez deputado estadual. Além do trabalho na presidência da Comissão, Rodrigues destaca a luta pela implantação da Udesc na região, com a instalação já em andamento dos campi em Palmitos, Pinhalzinho e no município de Chapecó.

Defender o setor produtivo agrícola tem sido outra bandeira do parlamentar.

Transportes**Buscando soluções**

O presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, Reno Caramori (PP), avaliou como positivos os trabalhos deste ano, com a realização de 20 reuniões ordinárias e três audiências públicas.

Duas das audiências públicas foram realizadas em plenário. Uma para tratar da questão dos contratos firmados entre as prefeituras e Cohab, considerados nulos em pleno direito, e a outra que tratou da ocupação aleatória de terras pertencentes à Marinha.

A Comissão também realizou uma audiência pública externa, quando os membros foram até São Francisco do Sul discutir o Projeto de Lei 250/03, de autoria

do deputado Joares Ponticelli (PP), que institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Em seu quarto mandato, Caramori atuou em duas frentes. Entre outras matérias e gestões, encaminhadas via plenário, destaque para a redução pelo governo da pauta de preços mínimos nas operações efetuadas na comercialização de carne suína; para que incluía a carne suína *light* na merenda escolar e que descentralize a inspeção sanitária produtos da agroindústria familiar. Em Brasília, gestionou pela derrubada da Portaria 508 do Ibama, de 20/12/2002, que fixava áreas onde seriam proibidas a extração e a comercialização de determinadas espécies de árvores.



Deputado Reno Caramori

Mercosul**Ampliando fronteiras**

Parlamentar em seu primeiro mandato, o deputado Celestino Secco (PP) integrou durante este ano outras comissões permanentes da Casa. Na Comissão do Mercosul assumiu os trabalhos no final do mês de setembro.

Entre os eventos que o presidente participou estão o 2º Fórum do Corredor Bio-Oceânico Central, no Uruguai; a 5ª Assembléia Parlamentar das Américas, na Venezuela; o encontro da União Nacional das Assembléias Legislativas (Unale), realizado em Florianópolis;

e o Investe Brasil, ocorrido em Lisboa e em Salvador.

Neste primeiro ano como deputado estadual, Secco destacou em seus pronunciamentos e ações a importância de exercer um mandato eletivo balizado na ética, nos princípios de valor e dignidade da vida humana. Especialista em assuntos do Mercosul e Políticas Brasileiras, foi ainda um dos palestrantes do “Investe Brasil”, seminário realizado na capital portuguesa.



Deputado Celestino Secco



Deputado Dado Cherem

Comissão de Saúde

Clésio Salvaro – *Presidente*
 Dado Cherem – *Vice Presidente*
 Valmir Comin
 Nilson Nelson Machado - Duduco
 Julio Garcia
 Ana Paula Lima
 José Paulo Serafim
 Genésio Goulart

Comissão de Turismo e Meio Ambiente

Dado Cherem – *Presidente*
 Antônio Ceron – *Vice Presidente*
 Ana Paula Lima
 José Paulo Serafim
 Celestino Secco
 Simone Schramm
 Valmir Comin

Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia

Valmir Comin – *Presidente*
 Afrânio Boppré – *Vice Presidente*
 Antônio Carlos Vieira
 Paulo Eccel
 Herneus de Nadal
 Dado Cherem
 João Paulo Kleinubing

Turismo

Fomento ao emprego e à renda

Estimular ações que fomentem o emprego e a renda no setor de turismo, ao mesmo tempo em que trabalha pela preservação e utilização sustentável do meio ambiente. Com estas metas no topo da lista, a Comissão de Turismo e Meio Ambiente realizou três audiências públicas fora da Capital. “Em Itapema, tratamos da municipalização do sistema de saneamento básico. Em Balneário Camboriú discutimos com empresários, estudantes e segmentos diversos da sociedade, as causas e o impacto da sazonalidade na economia e turismo do Estado. Em Siderópolis, o debate envolvendo comunidade e suas lideranças foi sobre o desenvolvimento sustentável da barragem do Rio São Bento”, enumera o deputado Dado Cherem (PSDB), presidente da Comissão.

Um dos principais objetivos da Comissão foi alcançado através da aprovação do projeto de emenda de autoria do próprio Dado, criando um capítulo dedicado exclusivamente ao turismo na Constituição Estadual. “Estamos trabalhando também pela internacionalização do Aeroporto de Navegantes e pela diminuição do valor da taxa de embarque”.

Além da PEC, o parlamentar ainda teve aprovado projeto de lei que obriga restaurantes e outros estabelecimentos que sirvam refeições rápidas a informar a seus clientes a quantidade de valor calórico e nutricional contidas nas suas refeições. Cherem apresentou um total de 1014 ofícios diversos, 69 requerimentos, 65 indicações e 20 projetos de lei, 10 deles aprovados este ano.

Saúde

Descentralizando atividades



Deputado Clésio Salvaro

2003 foi um ano de atividades muito produtivas, segundo avaliação do deputado Clésio Salvaro (PSDB), que está em seu segundo mandato na Assembleia Legislativa. O principal trabalho dessa Comissão foi a descentralização com diversas audiências públicas realizadas no interior do Estado. Nesses eventos, os deputados integrantes tiveram a oportunidade de chegar mais perto dos problemas das comunidades catarinenses e fizeram encaminhamentos buscando soluções para os problemas apresentados. O parlamentar destaca-se na luta por melhorias na área da saúde. Suas ações, resultaram, entre outros, na regulamentação dos serviços de cirurgia cardíaca pelo SUS, especialmente nos Hospitais de Criciúma (São João Batista e São José), com o efetivo credenciamento dos

hospitais.

Outra bandeira de Salvaro é a defesa do agricultor, como no caso do manejo racional da bracatinga, em que atuou juntamente com outros deputados. Os benefícios da ação refletem diretamente no cotidiano de mais de 50 mil famílias de fumicultores, com a possibilidade do manejo. A luta começou em 2001, com a realização da maior audiência pública promovida pela Assembleia, na cidade de Canoinhas, quando a Comissão de Agricultura era presidida pelo deputado Salvaro.

O deputado está pleiteando a implantação de três núcleos da Udesc no sul do estado. A proposta foi encaminhada ao governador Luiz Henrique da Silveira e o parlamentar apresentou emendas ao Plano Plurianual de Ações 2004-2007 e ao Orçamento 2004 para garantir as obras.



Deputado Valmir Comin

Economia, Ciência e Tecnologia

Por uma política de desenvolvimento

Dois destaques principais na atuação da Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia são apontados pelo presidente, deputado Valmir Comin (PP), em seu segundo mandato. Um deles é o anteprojeto instituindo política definida para o desenvolvimento tecnológico no Estado, depois de ser levado à discussão em audiências realizadas pela Comissão com representantes da Fundação Catarinense de Inovação e Tecnologia (Funcitec) e das universidades. O governo remeterá o projeto de lei no início de 2004.

Outro resultado do trabalho desta Comissão foi a implementação de uma política de incentivo à geração de energia até cinco megawatts de potência com incentivos fiscais. Depois de conhecer a

proposta, o Governador sancionou o projeto de lei. A implantação de laboratório de pesquisa, cursos a distância e escolas de artesanato, tudo na área de cerâmica vermelha, foi outra conquista.

Por intermédio de projetos, requerimentos e indicações, além de gestões externas, Comin defendeu importantes bandeiras para o Sul e para Santa Catarina, como a efetiva implantação da Barragem do Rio São Bento, em Siderópolis, garantindo o abastecimento de água para mais de 300 mil famílias, às empresas e lavoura da região. De forma correlata, será desenvolvido projeto, autosustentável, para aproveitamento do setor turístico na área da barragem. Fez também um trabalho intenso em defesa da manutenção das plataformas pesqueiras espalhadas pelo litoral Sul.

Constituição e Justiça

600 proposições foram analisadas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) cumpriu o seu papel em 2003, na avaliação do seu presidente, deputado João Paulo Kleinübing (PFL). Nos últimos dois meses, um esforço concentrado dos nove parlamentares que compõem a CCJ permitiu a limpeza da pauta neste final de ano. Entre projetos de lei, de lei complementar, de resolução, de decreto legislativo, de emenda constitucional, mensagem de veto, medidas provisórias, requerimentos e ofícios foram mais de 600 proposições analisadas, em 33 reuniões ordinárias e três extraordinárias. A CCJ também realizou 14 audiências públicas.

A discussão sobre alteração na Lei Complementar Nº 180, que define destinação de recursos para bolsas de estudo aos alunos do ensino superior, ocorreu em audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT), nos municípios de Florianópolis, Tubarão, Lages, Chapecó, Blumenau, Joinville e Itajaí.

Exercendo seu primeiro mandato, o presidente da CCJ – primeira a dar seu parecer sobre todas as proposições que tramitam no Legislativo –, Kleinübing avocou diversos projetos para relatar, como o que cria cargos no quadro de pessoal da secretaria do Tribunal de Justiça e o que aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2000/2003 da Polícia Militar.

Além da presidência da comissão, o parlamentar encaminhou diversos projetos de lei, entre os quais – ainda em tramitação –, o que autoriza o Poder Executivo a implantar Centros de Convivência da Terceira Idade (em convênios com as prefeituras); o que institui o Código de Conduta da Administração Estadual (aguardando a realização de audiência pública); o que cria o Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina para empresas estabelecidas em território catarinense e o que dispõe sobre viagens oficiais.

Comissão Constituição e Justiça

João Paulo Kleinübing – *Presidente*
Herneus de Nadal – *Vice Presidente*
Julio Garcia
Celestino Secco
Paulo Eccel
Joares Ponticelli
Afrânio Boppré
Ronaldo Benedet
Jorginho Mello

Comissão de Agricultura e Política Rural

Mauro Mariani – *Presidente*
Valmir Comin – *Vice Presidente*
Pedro Balsissera
Dionei Walter da Silva
Reno Caramori
Narcizo Parisotto
João Rodrigues

Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais

Odete de Jesus – *Presidente*
Dionei Walter da Silva – *Vice Presidente*
Ana Paula Lima
Mauro Mariani
Nilson Nelson Machado - Duduco
Lício Mauro da Silveira
João Paulo Kleinübing



Deputado João Paulo Kleinübing

Direitos e Garantias Fundamentais

Apurando denúncias



Deputada Odete de Jesus

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Odete de Jesus (PL), encerra o ano contabilizando a tramitação de 150 matérias e a realização de quatro audiências internas e oito externas.

Odete avalia que o ano foi muito produtivo e foi possível realizar audiências para debater a humanização do sistema prisional, direitos hu-

manos homossexuais, ressarcimento dos danos causados pelo apagão na Ilha, abuso sexual infanto-juvenil e a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. “Nossa Comissão também fez o atendimento de várias denúncias com relação aos Direitos Humanos e do Consumidor. Todas as denúncias foram apuradas e dados os devidos encaminhamentos”, observou.

Agricultura

Em sintonia com os agricultores

Presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), a Comissão de Agricultura e Política Rural teve um ano de intensa atividade com a realização de 17 audiências públicas e a deliberação de 19 proposições, buscando criar mecanismos e ações que beneficiam o produtor rural catarinense.

A Comissão realizou uma das maiores audiências públicas da história da Assembléia, reunindo três mil agricultores para discutir a liberação do manejo da bracatinga.

Primeiro mandato - Em seu primeiro mandato no parlamento catarinense, Mariani diz que a atividade abriu uma fase nova em sua vida, pois até então ainda não havia exercido função legislativa. “Minha vida foi pautada na área empresarial e no Executivo (duas vezes prefeito de Rio Negrinho), agora estou começando a me adaptar, pois o sistema de trabalho é bem diferente”, assinala.

Os projetos de sua autoria, ressalta, vão surgindo em benefício de entidades na busca por utilidade pública estadual e também da vida cotidiana do cidadão. Exemplo disso é a Lei 12.698/2004, resultado de sua proposta acatada pelo Executivo com a sanção, e que obriga os estabelecimentos bancários em Santa Catarina a disponibilizar assentos nas filas especiais para aposentados, pensionistas, gestantes e deficientes físicos. “A proposição é um sinal de respeito para com a comunidade”, ressalta.

Mauro Mariani assinala que trabalha por recolocar o Planalto Norte novamente no “mapa” de Santa Catarina, acompanhando e lutando para garantir o atendimento dos pleitos da região.



Deputado Mauro Mariani

Comissão de Finanças e Tributação

Antônio Ceron – *Presidente*
 Dionei Walter da Silva – *Vice Presidente*
 Wilson Vieira – *Dentinho*
 Rogério Mendonça
 Manoel Mota
 Antônio Carlos Vieira
 Jorginho Mello
 Reno Caramori
 Nelson Goetten de Lima

Comissão de Educação, Cultura e Desporto

Paulo Eccel – *Presidente*
 Lício Mauro da Silveira – *Vice Presidente*
 Celestino Secco
 Afrânio Boppré
 Simone Schramm
 Nelson Goetten de Lima
 Odete de Jesus

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Genésio Goulart – *Presidente*
 Celestino Secco – *Vice-Presidente*
 Lício Mauro da Silveira
 José Paulo Serafim
 Pedro Baldissera
 Narcizo Parisotto
 Antônio Ceron

Finanças**Tranquilidade nas apreciações**

Deputado Antônio Ceron

O presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado Antônio Ceron (PFL), afirmou que os trabalhos foram realizados dentro da rotina normal, pois não houve projetos polêmicos.

Segundo Ceron, a Comissão teve alguns problemas com projetos de origem governamental, pois vieram cheios de imperfeições e foram devolvidos para a correção dos erros. “Isso pode ser graças a falta de experiência do governo do Estado, que precisa equipar melhor a Secretaria de Planejamento e Gestão para o envio de projetos futuros”, argumentou.

Ceron comentou, ainda,

o empenho da Comissão, em estudar o Plano Plurianual e o Orçamento. O planejamento orçamentário, salienta Ceron, é essencial para definir o desenvolvimento do estado. Nos dois casos, o trabalho foi realizado em conjunto com a Coordenadoria do Orçamento.

Para o presidente, a oposição se comportou de maneira responsável e coerente também na Comissão. “Todos os projetos que passaram pela Comissão de Finanças foram discutidos no plenário e jamais nos retiramos para não dar quórum, artimanha que a antiga oposição usou”, afirmou.

Educação**Democratização do ensino**

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT), realizou mais de 15 audiências públicas no decorrer do ano, com temas como a recuperação da filantropia da Univali, debate sobre o Estatuto dos Portadores de Necessidades Especiais, Artigo 170 – em parceria com a Comissão de Constituição e Justiça –, a implantação do Fórum Permanente para Controle da Mídia, entre outras.

Eccel destacou o artigo 170 como um dos assuntos mais importantes que a Comissão debateu. Foram realizadas audiências em sete regiões do Estado e o debate deste tema buscou envolver alunos do sistema Acafe e universidades particulares. “Meu substitutivo global transforma todo recurso passado pelo governo estadual em bolsas de estudo. Hoje 54% é para este fim e 46% são passados para o crédito educativo. Meu projeto transforma este percentual em 90% e 10%, respectivamente”, explicou.

Também em primeiro mandato, o deputado preside a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Udesc, a qual destaca como uma das suas principais atividades neste primeiro ano de legislatura. Entre os projetos de lei e emendas de sua autoria já aprovados, estão: emendas ao Fundo Pró-Emprego, incluindo as cooperativas e sociedades de autogestão no acesso ao crédito; PL que concede o título de Cidadã Catarinense à senadora Ideli Salvatti (PT) e PL que reajusta os valores da tabela do Simples e posterior substitutivo global.

Paulo Eccel também realizou ampla divulgação da Lei da Meia Entrada (Lei nº 12.570, de 4/4/03), da qual foi relator, e que concede aos estudantes e menores de 18 anos o direito de pagar apenas meia entrada (50% do valor) em cinemas, teatros, espetáculos musicais, circenses e eventos esportivos em todo estado de Santa Catarina.



Deputado Genésio Goulart

Trabalho**Parceria**

O presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, deputado Genésio Goulart (PMDB), avaliou os trabalhos deste ano na comissão como uma experiência enriquecedora. Na comissão foram apresentados cerca de mil projetos, sendo que na penúltima reunião 54 foram aprovados. De todos os projetos apresentados, inclusive o mais polêmico, apenas um não foi aprovado pela Comissão, o que trata do abono salarial ao servidor público, mas que depois foi aprovado em plenário.

Pela primeira vez exercendo mandato no legislativo estadual, o deputado tem se dedicado a trabalhar pela região abrangida pela Associação

dos Municípios da Região de Laguna (Amurel). Além das indicações ao governo, tem intermediado questões importantes nas áreas de saúde, carcinicultura, educação, obras infra-estruturais, que resultaram em convênios entre Estado e municípios. “Através do exercício transparente do mandato parlamentar, buscamos alcançar o desenvolvimento sustentável, equilibrado e integrado da região. É preciso conciliar os objetivos econômicos, sociais e ambientais, contribuindo para reduzir os desequilíbrios regionais, de modo que a região possa desenvolver ao máximo os potenciais de cada comunidade, respeitando suas vocações e especificidades”, afirma.



Audiências e fóruns

Audiências realizadas e Fóruns instalados

Comissão de Constituição e Justiça

Fórum que acompanha a questão da redução do número de vereadores
Audiências Públicas: 12

Comissão de Educação, Cultura e Desporto

Fórum sobre o Plano Estadual de Educação
Fórum sobre o tema "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", estadualizando ação do Congresso Nacional, com o objetivo de promover o respeito aos direitos humanos na programação da mídia
Audiências Públicas: 16

Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais

Fórum do Programa Fome Zero
Fórum para buscar informações, conceitos e ações sobre a adoção em Santa Catarina
Fórum para examinar e averiguar os preços dos combustíveis no Estado
Audiências Públicas: 8

Comissão de Turismo e Meio Ambiente

Fórum para discutir e acompanhar os efeitos da Portaria nº 508/2002, do Ministério do Meio Ambiente, que estabeleceu três unidades de conservação ambiental federal no estado, atingindo o setor florestal
Fórum sobre o desassoreamento do rio Urussanga e da lagoa da Urussanga Velha, no Sul do estado
Fórum para promover o desenvolvimento e a integração do setor florestal com a sociedade (referente também à Portaria 508/2003)
Audiências Públicas: 6

Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia

Fórum para acompanhar o processo de reestruturação da Chapecó Companhia e Indústria de Alimentos
Fórum para acompanhar os procedimentos finais da Barragem do Rio São Bento
Fórum para acompanhar a expansão da telefonia celular no Estado.
Audiências Públicas: 2

Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano

Fórum que trata das implicações relativas às rodovias federais que cruzam o território catarinense, em especial às BRs 101, 282, 470 e 116
Fórum que trata dos assuntos relativos à BR-282, trecho Lages-Campos Novos
Fórum para divulgar e debater o Estatuto das Cidades
Audiências Públicas: 2

Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação e do Mercosul

Fórum para acompanhar e debater a situação das rádios comunitárias em Santa Catarina
Fórum para buscar informações e conceitos consubstanciados nas ações entre Brasil e Itália
Audiências Públicas: 1

Comissão de Agricultura e Política Rural

Fórum para discutir o desenvolvimento sustentável no Estado
Audiências Públicas: 15

Comissão de Finanças e Tributação

Fórum pela não privatização do Besc
Fórum sobre o pagamento de royalties pela Petrobras do petróleo extraído na Costa catarinense
Audiências Públicas: 2

Comissão de Segurança Pública

Audiências Públicas: 16

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Fórum para discutir e avaliar o sistema de previdência estadual
Audiências Públicas: 3

Comissão de Saúde

Audiências Públicas: 10

Catarinenses ganham mais voz no parlamento

Ver, ouvir e traduzir melhor os anseios da população de Santa Catarina para legislar, mediar e fiscalizar com mais eficácia. As 128 **audiências públicas** realizadas pela Assembléia, na sede e em dezenas de municípios, durante 2003 permitiram maior sintonia entre a sociedade catarinense e seus quarenta representantes no parlamento.

Discriminação racial, exploração sexual de menores, conflito de terras, gerenciamento costeiro, conflito na pesca, meio ambiente, agricultura familiar, tecnologia e desenvolvimento, acesso à educação superior, defesa do consumidor, violência contra a mulher, à criança e ao adolescente, prevenção de drogas nas escolas, segurança pública, orçamento estadual, foram temas discutidos.

Estes foram alguns dos assuntos discuti-

dos em audiências públicas que levaram o Legislativo, com toda a sua estrutura, a todas as regiões do Estado. Em seu primeiro ano, esta legislatura já realizou o maior número de audiências públicas da história de Santa Catarina.

Com a mesma meta, os **Fóruns Parlamentares Permanentes**, expedientes instituídos pelo novo regimento interno da Assembléia, debatem assuntos de interesse de toda a sociedade, tendo como prazo para ser encerrado o final da legislatura em que foi criado. Vinte e dois fóruns foram instaladas neste ano por iniciativa dos parlamentares, com a participação de autoridades governamentais, estaduais, federais, técnicos especializados na questão discutida, organizações não-governamentais e interessados no assunto.

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Audiências reuniram centenas de pessoas

Orçamento Regionalizado

População define prioridades

Inserida na Constituição Estadual a partir de 1997, através de emenda de autoria do então deputado estadual Carlito Meres, a realização de audiências públicas em todas as regiões do Estado para que a população defina as prioridades levou o Legislativo às 29 cidades-sede das secretarias regionais, estabelecendo uma inédita parceria com o Executivo.

Dois ônibus com equipes de servidores do parlamento e da Secretaria de Orçamento, Planejamento e Gestão iniciaram no dia 21 de julho o roteiro de 15 dias, percorrendo 5.295 quilômetros. Um total de 3.164 pessoas, entre as quais 138 prefeitos, 17 vice-prefeitos, 187 vereadores, 60 presidentes de câmaras municipais, 29 deputados estaduais e um federal elegeram 788 prioridades para inclusão nos orçamentos anuais e no Plano Plurianual de

Ações (PPA) 2004-2007. Pavimentação, construção e manutenção de rodovias, implementação de centros de referência nas chamadas média e alta complexidade na área da saúde, instalação de unidades de ensino superior - com acesso gratuito -, centros de lazer, esportivos e culturais para jovens, aumento do efetivo das polícias, construção de cadeias e centros de internação provisória para menores em delito foram unanimidade em praticamente todas as regiões.

O resultado foi a inclusão, conforme compromisso do Executivo, assumido pessoalmente pelo governador Luiz Henrique da Silveira, de todas as reivindicações no PPA, excetuando-se aquelas que dependem de recursos, programas e convênios federal e municipal.

Casan

Irregularidades surpreendem deputados

Criada no início de maio com o objetivo de investigar a origem da dívida trabalhista da Casan, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), presidida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), foi instalada por solicitação do deputado Sérgio Godinho (PTB), terceiro secretário da Mesa, depois de o presidente da estatal, Walmor de Lucca, anunciar que a empresa teria que desembolsar em torno de R\$ 300 milhões para pagar uma única ação. O requerimento do parlamentar teve assinatura de 16 parlamentares.

Os membros da Comissão e a assessoria técnica contabilizam um saldo de problemas apurados bem maior do que o esperado, restando agora levantar provas que permitam, na redação do relatório final dos trabalhos, apresentar subsídios capazes de dar munição para ações conseqüentes, como o indiciamento de responsáveis.

Consistência - Em seu início, a CPI correu o risco de esvaziar, quando a principal

ação trabalhista coletiva contra a estatal - que poderia gerar um passivo de R\$ 207 milhões, ainda em primeira instância -, recebeu embargos que a reduziram para cerca de R\$ 7 milhões. Mas, aos poucos, as diligências, análise de documentos e ouvida de depoentes foram revelando "um poço de lama" onde o dinheiro do contribuinte verte, com a conivência de alguns servidores dos mais diversos setores da empresa.

"Aos poucos, fomos descobrindo verdadeiros absurdos, indefensáveis, no trato do dinheiro público, como a falta de controle sobre verbas destinadas a depósitos em causas trabalhistas, onde um deles acabou na conta particular de um advogado da empresa, Rubens João Machado. Podem ter a certeza de que essa CPI não vai acabar em *pizza*. Depois de feito o relatório, o Ministério Público terá munição suficiente para punir os autores das irregularidades", afirma Dionei. O relator, deputado Mauro Mariani (PMDB), avalia a situação a que chegou a empresa como

um verdadeiro descalabro. "Se a Casan perder a ação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), será seu fim. A cada dia recebemos mais denúncias que chegam a assustar. O mesmo advogado que depositava a verba dos alvarás em sua conta também está envolvido na compra de terrenos junto à barragem de Pilões, em Vargem do Braço, que mais tarde podem ser desapropriados e indenizados pelo governo, num projeto de aumento da capacidade do reservatório da água que abastece a Grande Florianópolis", complementou.

Até o início do recesso parlamentar foram ouvidas 47 testemunhas, em reuniões internas e externas, contabilizando mais de 38 mil páginas de documentos. Integram esta CPI os deputados Antônio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP), João Rodrigues (PFL), Joares Ponticelli (PP), Clésio Salvaro (PSDB) e Pedro Baldissera (PT).



Última reunião foi realizada no plenário

Udesc

Muito a esclarecer

Instalada no dia 2 de setembro, após aprovação do requerimento do deputado Afrânio Boppé (PT), é presidida por Paulo Eccel (PT), tem como relator Dado Cherm (PSDB) e como integrantes os deputados Wilson Viera - Dentinho (PT), Lício Mauro da Silveira (PP), Julio Garcia (PFL), Simone Schramm (PMDB), Rogério Mendonça (PMDB) e Celestino Secco (PP).

O objetivo é investigar a ges-

tão administrativa, patrimonial e financeira, o mau aproveitamento de recursos estaduais e federais repassados à universidade, além de irregularidades denunciadas a respeito do curso de pedagogia a distância e concursos públicos.

Os depoimentos iniciaram na segunda quinzena de setembro e para Eccel, até agora, todos acrescentaram algo à investigação. Ele destaca os testemunhos do professor de engenharia

meccânica do campus de Joinville, Gustavo José Charmillot - que relatou o mau aproveitamento de recursos fornecidos pela Finepe -, e do professor do Centro de Ciências Agroveterinárias de Lages, Adil Vaz - que denunciou compra de equipamentos superfaturados. "Recebemos algumas denúncias que estão se confirmando através dos depoimentos, mas há muito o que checar. Entretanto, tenho convicção de que conseguiremos identificar os problemas e encaminhá-los ao Ministério Público", diz Eccel.

Conforme Dado Cherm, não haverá tempo para que a CPI se encerre no prazo regimental, que ocorreria no mês de dezembro. "A CPI terá que ser prorrogada, pois tivemos muitos problemas de estrutura no início dos trabalhos, o que acabou nos atrasando. Porém, não estou preocupado com prazos e sim com os esclarecimentos dos fatos", concluiu.



A CPI, na ouvida de um dos últimos depoimentos deste ano

Dívida Pública

Divergências continuam

Foi constituída no início de agosto, por requerimento de parlamentares governistas, para apurar a real situação do endividamento público do Estado. Presidida por João Paulo Kleinübing (PFL), tendo como relator Ronaldo Benedet (PMDB), é integrada pelos deputados José Paulo Serafim (PT), Antônio Carlos Vieira (PP), Reno Caramori (PP), Djalma Berger (PSDB) e Ana Paula Lima (PT).

Em uma primeira etapa foram ouvidos os depoimentos do auditor geral do Estado, Valdor Angelo Montagna, do atual diretor da Dívida Pública do Estado, Gerson Pedro Berti, e do presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Salomão Ribas Júnior. Este último apontado por Kleinübing como o mais esclarecedor. Baseado em critérios técnicos, confirmou que em 31 de dezembro de 2002 o valor da dí-

vida pública era de R\$ 10,32 bilhões, compondo este número a dívida flutuante (R\$ 926,28 milhões), a dívida interna, formada, basicamente, por três grandes contratos de refinanciamento (R\$ 8, 15 bilhões), a dívida externa (R\$ 574,65 milhões) e credores diversos (R\$ 669,55 milhões). Ele disse acreditar que a divergência entre os valores apresentados pelo atual e pelo ex-governador possam ter surgido a partir da inclusão dos valores de risco fiscal (letras, INSS Fundações Educacionais, Ipescc) e das dívidas das estatais no montante da dívida pública.

Auxiliada por técnicos do TCE, a CPI está analisando documentos, como pareceres das contas aprovadas e contratos de financiamento, para buscar a origem da dívida. Os trabalhos e depoimentos serão retomados após o recesso parlamentar.



Comissão retoma trabalhos depois do recesso

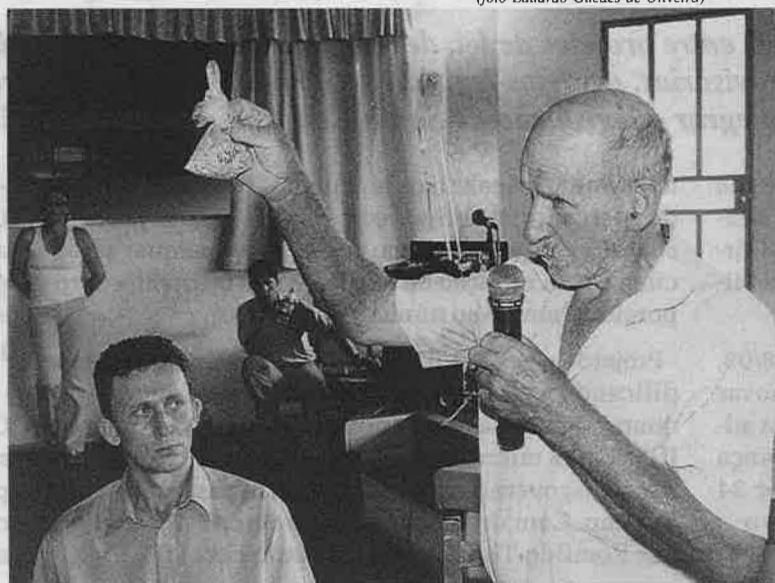
Agricultores exigem reconhecimento de títulos

Ameaçados pelos decretos federais, o último datado de setembro, demarcando áreas que chegam a 1.900 hectares como terras indígenas, mais de 500 agricultores exigiram no dia 4, em Abelardo Luz, durante audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura, o reconhecimento da legitimidade e legalidade dos seus títulos de propriedade das terras que a Fundação Nacional do Índio (Funai) quer para abrigar populações indígenas.

“Estamos aqui para lutar pela legalidade, pela decência, para garantir a terra aos produtores”, assinalou o deputado João Rodrigues (PFL), que presidiu a audiência, requerida pelos vereadores Carlos Sennes Pinto e Denilson Luiz Rodighero. Presentes, prefeitos de vários municípios, lideranças políticas, empresariais e sindicais.

Todos foram unânimes na defesa da legalidade dos títulos concedidos pelo Estado (alguns deles datados do final do século IX, a maioria a partir da década de 20, e vários da década de 70 e 80).

A União se baseia na tese de que os títulos de posse emitidos pelo Estado foram concedidos “de má-fé”. Para os agricultores, o governo federal está desprezando a legalidade. “Se um título dado pelo próprio presidente da República não vale, o que vale neste País?”, questionou o agricultor Deonildo Rodighero, de 72 anos, mostrando exemplar de jornal da região, datado de 11 de outu-



Rodighero recebeu do presidente da República o título de posse

bro de 1984, com a foto dele com o então presidente Ernesto Geisel entregando documento dando a posse da terra ao agricultor.

Conforme o deputado João Rodrigues, documento

feito com base nas audiências públicas que discutiram o assunto – em setembro foi realizada uma em Cunha Porã –, será elaborado e levado por comitiva de deputados estaduais ao Ministério da Justiça.

Sistema prisional discutido em Joinville

Com a presença de lideranças políticas e diversos segmentos da sociedade joinvilense, a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, realizou audiência pública para discutir a questão da humanização do sistema prisional catarinense. Esta foi a terceira audiência sobre este tema. A audiência foi conduzida pela deputada Odete de Jesus (PL), presidente da Comissão. Participou da audiência também o deputado Wilson Vieira-Dentinho (PT).

“A superlotação nas cadeias, a morosidade nos julgamentos, a falta de estratégia no cumprimento de penas, a ociosidade dos presos, são alguns dos aspectos que impedem a humanização do sistema prisional”, afirmou a deputada. O vereador e ex-diretor do presídio de Joinville, José Cardoso (PPS), informou que o sistema prisional do município deve melhorar sensivelmente com a conclusão das obras da Penitenciária Industrial que está em construção, mas ponderou a necessidade de envolvimento da sociedade – ainda preconceituosa – na ressocialização. Ele sugeriu ainda à deputada Odete que encaminhe projeto ao governador para a criação de, pelo menos, duas clínicas para apenados dependentes químicos.

O capitão Ilton Pickler, que representou o comandante do Batalhão da Polícia Militar, diz que a falta de projetos de recuperação social dos ex-apanados contribui para a falta de humanização dos presídios. “É necessária a criação de penitenciárias e não presídios, com capacidade para 500 presos, mas o principal é implantar projetos ainda quando ele se encontra preso”, enfatizou.

Lideranças querem conclusão de Aeroporto

O presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa, deputado Genésio Goulart (PMDB), recebeu durante audiência pública realizada no dia 11, em Jaguaruna, documento de prefeitos da Associação dos Municípios da Região de Laguna (Amurel), pedindo a intervenção da Assembleia junto à bancada catarinense em Brasília e ao governo federal, para que sejam liberados recursos para a conclusão das obras do Aeroporto Regional Humberto Bortuluzzi, paralisadas desde agosto.

Goulart assumiu o compromisso de levar as manifestações das lideranças da Amurel ao ministro dos Transportes e de organizar um movimento de pressão pela liberação de recursos federais. “As obras do aereo-

porto não podem continuar paralisadas. Eu, como representante desta região, juntamente com todos os meus colegas estamos empenhados em reverter esta situação”, disse o parlamentar.

O diretor de planejamento da secretaria estadual de Infraestrutura, Ernani Seiffert de Matos, informou que o único motivo da paralisação foi a falta de recursos da contrapartida federal, que corresponde a 70% do valor da obra. Ernani acredita que se novos recursos forem liberados é possível a retomada dos trabalhos a partir da segunda quinzena de janeiro de 2004.

O Aeroporto Regional de Jaguaruna está sendo projetado para receber cargas, passageiros e aeronaves do porte de Boeings 737 e 767.



Lideranças querem pressionar governo federal

Gerenciamento Costeiro

A primeira audiência pública, de um ciclo de oito para discutir o anteprojeto de lei que institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), proponente do ciclo de debates, e tendo como relator o deputado Ronaldo Benedet (PMDB), foi realizada na segunda-feira (8), no auditório da Transpetro, Petrobras, em São Francisco do Sul.

Reno Caramori (PP), presidindo a audiência, informou que o projeto está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça e será discutido em toda a costa catarinense. A audiência foi realizada em conjunto pelas Comissões de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado João Paulo Kleinünbing (PFL), e a de Transportes e Desenvolvimento Urbano, presidida por Caramori.

O gerenciamento é o conjunto de atividades e procedimentos que, através de instrumentos específicos, permite a gestão dos recursos naturais da zona costeira, de forma integrada e participativa, objetivando a melhoria da qualidade de vida das populações locais, a preservação dos habitats específicos indispensáveis à conservação da fauna e flora, adequando as atividades humanas à capacidade de suporte dos ecossistemas.

O plano envolve as 36 cidades litorâneas do Estado, o que diz respeito a quase 2 milhões de moradores. Alcides Andrade, como gestor institucional do Sinduscom, enfocou a necessidade da criação do plano com a participação de técnicos nas áreas de biologia, engenharia ambiental, engenharia civil e arquitetura para a sua elaboração. “Hoje não existe nada que possa indicar onde pode e o que se pode fazer na área litorânea, esse é o objetivo do projeto, um estudo baseado na fiscalização das áreas de acordo com os biomas e os ecossistemas de cada município”, concluiu.

O projeto foi subdividido em três setores costeiros, litoral sul, englobando Passo de Torres a Garopaba, litoral centro, que abrange desde Paulo Lopes até Itapema, e o litoral norte, de Balneário Camboriú a Garuva. “Cada setor vai contar com um banco de dados com informações científicas e espaciais provenientes de dados cartográficos, imagens de satélites, dados de sensores e cadastros das atividades de gerenciamento costeiro” explicou Alexandre Mazer, gerente de planejamento ambiental da Secretaria do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente.

Catarinenses ganharam leis importantes este ano

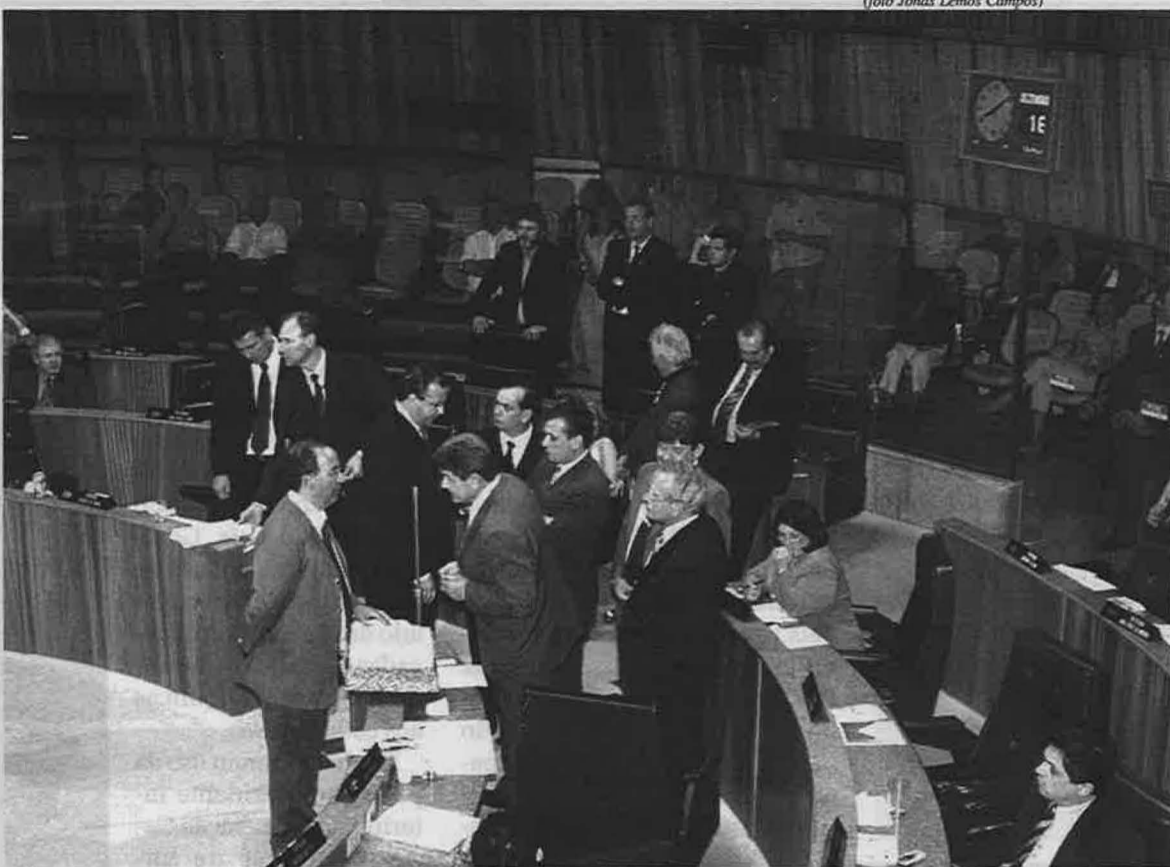
Mais de três mil proposições, entre projetos de lei, de lei complementar, de emendas constitucionais, indicações, moções, resoluções, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções foram apreciadas pelo plenário. Muitas delas passaram a integrar a legislação de Santa Catarina, como as relacionadas a seguir:

- Projeto de Emenda Constitucional nº 33/03, de autoria de deputado Francisco de Assis (PT), dando autonomia administrativa e financeiro ao Corpo de Bombeiros, desvinculando-o da Polícia Militar.
- Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 28/03, de origem do Executivo, que implementou novas remunerações e a reorganização da estrutura administrativa da secretaria estadual da Segurança Pública e Defesa do Cidadão. Aprovada por 34 votos, a nova lei autorizou o Executivo a implementar reajustes que variam de 25% a 93%, em escala gradativa, a partir de janeiro de 2004 até o final da administração Luiz Henrique da Silveira.
- Projeto de Lei (PL), originado de Medida Provisória, que incorpora os dois soldos e meio dos oficiais da Polícia Militar, legalizando uma situação que estava irregular desde o reajuste oferecido à categoria, em janeiro de 2002. Garante aos policiais feridos em serviço o recebimento de horas extras e do adicional noturno, recebendo a denominação de Indenização de Auxílio à Saúde.
- PLC nº 11/03, de origem governamental, criando mais seis comandos de policiamento da Polícia Militar no Estado, com emenda modificativa do deputado Antonio Ceron, líder do PFL, que assegura 50% das vagas do quadro especial de cabos e terceiros sargentos aos policiais militares que tenham o maior tempo de trabalho na corporação.
- Emenda substitutiva global, de autoria do deputado Jorginho Mello, ao Projeto de Lei nº 90/03, do deputado Nilson Gonçalves, ambos do PSDB, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de equipamento que ateste a autenticidade de cédulas de dinheiro em agências bancárias instaladas em Santa Catarina.
- Conversão em lei da Medida Provisória nº 112/03, autorizando a contratação, em caráter temporário, de servidores na área de segurança pública para o sistema de atendimento ao adolescente infrator, em diversos cargos nos Centros Educacionais Regionais, Centros de Internamento Provisórios, Casa de Semi Liberdade e Plantão Interinstitucional.
- Do deputado Romildo Titon (PMDB), projeto de lei regulamentando a concessão de subvenções sociais a bombeiros comunitários e voluntários. Com a nova lei, os recursos orçamentários serão distribuídos anualmente às instituições, seguindo critérios de proporcionalidade com o número de habitantes.
- PLC 006/2003, que cria o Fundo de Apoio à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte de Santa Catarina – Fundo Pró-Emprego, com 20 emendas acolhidas consensualmente pelas Comissões de Constituição e Justiça, e de Finanças e Tributação.
- Projeto de conversão em Lei da Medida Provisória 111/03, instituindo o Programa Catarinense de Revigoração Econômico (Revigorar), sem mudanças. Os contribuintes devedores de créditos tributários relativos ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) podem parcelar suas dívidas em até cinco vezes, sem qualquer acréscimo e com redução da multa e juros incorridos, proporcionalmente ao número de parcelas.
- Projeto de Lei 354/03, remetido pelo Executivo, modificando a tabela de enquadramento de micro e pequenas empresas no Simples (reduz incidência do ICMS para micro e pequenas empresas). A renúncia fiscal do governo com o Simples não passa de R\$ 300 mil/ano. Com duas emendas, de autoria dos deputados Romildo Titon (PMDB) e Paulo Eccel (PT).
- PL 76/03, de autoria do deputado Valmir Comin (PP), dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 12.200, e dispõe sobre incentivos à geração de energia alternativa.
- PL 16/03, de autoria do deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), e assinado também pela deputada Ana Paula Lima (PT), que institui e autoriza o Executivo a criar o Programa de Apoio à Mulher em Situação de Violência.
- De autoria da deputada Odete de Jesus (PL), projeto de lei que autoriza o Executivo a instituir programa visando evitar que crianças, jovens e adolescentes entrem no mundo das drogas e do tráfico.
- Projeto de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), que destina 10% das unidades habitacionais populares construídas com recursos públicos estaduais a pessoas carentes portadoras de deficiência física.
- De autoria do deputado Celestino Secco (PP), Projeto de Lei nº 46/03, que obriga hotéis, restaurantes, bares e similares, estabelecidos em Santa Catarina, a produzir e dispor de exemplar do cardápio na linguagem em braile para atendimento às necessidades dos deficientes visuais.
- PL nº 258/03, que dispõe sobre a Política Estadual para Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, de autoria do deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT).
- Projetos de lei que concederam 1% de reajuste e R\$ 100 de abono aos servidores públicos de todos os Poderes que recebem até R\$ 6 mil, sendo que os professores em sala de aula recebem R\$ 150.
- Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 07/03, de autoria do deputado Dado Chereim (PSDB), acrescentando o Capítulo IX, denominado do Turismo, ao Título IX, da Constituição estadual.
- Projeto de Lei nº 84/03, de autoria do deputado Afrânio Boppré (PT), que institui o dia 22 de setembro como o Dia Catarinense sem Carros. A adesão ao não uso de carros neste dia é voluntária.
- Proposta de Emenda Constitucional nº 06/03 e Projeto de Lei Complementar nº 15/03, ambos de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira (PP), impedindo o desmembramento, fusão ou incorporação de território da Capital do Estado.
- Projeto de Lei nº 344/03, criando o município de Balneário Rincão, desmembrado de Içara, a cuja comarca estará circunscrito.
- Projeto de Lei nº 334/02, de autoria do deputado Julio Garcia (PFL), criou o município de Pescaria Brava, desmembrado-o de Laguna.
- Projeto de Lei nº 335/03, de autoria do deputado João Paulo Kleinubing (PFL), permitiu a anexação das comunidades de São Valentim e parte do Lageado da Anta ao município de Irani, e a Fazenda São Francisco de Assis passou a pertencer ao município de Lindóia do Sul.
- Projeto de lei de autoria do deputado Dado Chereim (PSDB), obrigando as redes de refeições rápidas de opções restrita – conhecidas pela expressão americana fast food –, a informar a seus clientes a quantidade de valor calórico e nutricional contida nas suas refeições.
- Projeto de Lei 137/03, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB), acrescentando dispositivo à Lei nº 12.291, de 21 de junho de 2002, autorizando o Executivo a utilizar-se do instituto da permissão para delegar serviços públicos na área de trânsito em Santa Catarina.
- Projeto de Lei que dispõe sobre a utilização de programas abertos (software livre) pela administração direta, indireta e fundacional de Santa Catarina, de autoria dos deputados Wilson Vieira – Dentinho, Volnei Morastoni e Dionei Walter da Silva, todos do PT.
- Projeto de Lei 251/03, de autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), que autoriza o Poder Executivo a instituir o Projeto Espaço Escolar Cidadão, que autoriza que entidades sem fins lucrativos possam utilizar os espaços físicos das escolas para desenvolver suas atividades fora dos horários escolares.
- Substitutivo global ao Projeto de Lei 155/03, de autoria do deputado João Paulo Kleinubing (PFL), que autoriza o Poder Executivo a implantar centros de convivência da terceira idade, em convênio com as prefeituras municipais.
- PL 287/03, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, de origem do Executivo recebeu emendas modificativas de autoria do deputado Dado Chereim (PSDB), presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, também aprovadas.
- De autoria do deputado Volnei Morastoni (PT), projeto de lei que institui o Dia Estadual da Cultura e da Paz. A comemoração desta data, acontecerá no dia 25 de julho.
- PL que originou Lei 146/02, proibindo os hospitais da rede pública e privada catarinenses de exigir depósitos de qualquer natureza em atendimentos de emergência.
- PL nº 244/03 dispõe sobre a obrigatoriedade do recolhimento de pilhas, baterias de telefones celulares, pequenas baterias alcalinas e congêneres, quando não mais aptas ao uso e dá outras providências pelos seus comerciantes, para seu posterior recolhimento por seus fabricantes ou revendedores.
- PL de autoria do deputado João Rodrigues (PFL), que obriga a separação de detentos nos estabelecimentos prisionais do Estado, tendo como referência o ato infracional determinado pela pena e seguindo como preferência as separações por unidade prisional e por cela.

(foto Jonas Lemos Campos)

Propostas aprovadas na última sessão de 2003

Além do Orçamento estadual para 2004, os parlamentares apreciaram outras cem proposições na última sessão plenária. Estas dependem ainda de sanção do governador. Entre as mais importantes, destacam-se:



Debates e votações se estenderam até perto das 23 horas

- Projeto de Lei Complementar nº 39/03, de autoria do Executivo, que estabelece a distribuição e fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Foi aprovado, por unanimidade. Com emenda aditiva do deputado Julio Garcia (PFL).

- De autoria do deputado Wilson Vieira - *Dentinho* (PT), Projeto de Lei nº 243/03, que institui a proibição da consumação obrigatória nas danceterias, casas de baile e estabelecimento similares. A matéria visa combater uma prática da atual sociedade, induzindo ao alcoolismo jovens e adultos que buscam diversão quando estes locais condicionam a consumação mínima.

- Projeto de Lei Complementar nº 09/03, de autoria do deputado Paulo Eccel (PT), que altera os percentuais do artigo 170, destinado à concessão de bolsas de estudos para alunos carentes do ensino superior. Fica definido 90% para os alunos das fundações municipais que fazem parte do sistema Acafe e 10% para as demais instituições. A totalidade dos recursos será destinada às bolsas de estudo e pesquisa. Com emendas do deputado Jorginho Mello (PSDB), definindo percentual mínimo de 50% da mensalidade para as bolsas, e da bancada do PFL, determinando a concessão de bolsa integral aos alu-

nos carentes portadores de deficiência.

- PL 316/03, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB), que altera a redação do item 2.4.4.2 do Anexo Único da Tabela III da Lei 12.063, de 27 de dezembro de 2001, que passa a vigorar que a licença de trânsito é válida enquanto durar o aprendizado.

- De autoria do deputado Antonio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP), PL que estabelece o cancelamento de débitos autorizados e outros lançamentos da fatura de prestação de serviço.

- Projeto de autoria do deputado Celestino Secco (PP) que altera a Lei nº 10.306, de 26 de dezembro de 1996, que institui a data magna do Estado de Santa Catarina. A proposição do parlamentar sugere que o *Dia de Santa Catarina* comemore sua data magna em 11 de agosto, data em que, em 1738, foi criada a Capitania dos Portos. O *Dia de Santa Catarina de Alexandria*, data religiosa, permanece sendo comemorado em 25 de novembro.

- Projeto de Lei nº 369/03, de autoria do deputado João Paulo Kleinübing (PFL), que cria o Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina para empresas estabelecidas em território catarinense. O certificado será conferido anualmente pela Assembleia Legislativa, em sessão solene, às empresas e demais empresas que apresentarem o seu balanço social do exercício anterior.

- De autoria do deputado Antônio Ceron (PFL) o Projeto de Lei nº 397/03, que institui o Dia Estadual dos Surdos, a ser comemorado no dia 26 de setembro de cada ano.

- Projeto de Lei nº 390/03, do deputado Dionei Walter da Silva (PT), que regula a exploração e a utilização de videoloteria, jogos de diversões eletrônicos e assemelhados. Caso sancionada, os recursos das multas aplicadas aos que infringirem a lei serão revertidos em 98% ao fundo gerido pelos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente do município onde houve a transgressão.

- De autoria do deputado Onofre Agostini (PFL) foi aprovado em plenário o PLC nº 14/03, que acrescenta o item 6, que trata da condução para intimação do protesto e notificações extrajudiciais. Aplicam-se os valores das tabelas referentes à condução dos oficiais de justiça de cada Comarca.

- PLC nº 16/03, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP), altera o inciso 8 e insere o artigo 9, na Lei Complementar nº 243/03, estabelecendo a nova estrutura administrativa do Poder Executivo. Segundo o parlamentar, a antiga norma reproduz a obrigação de publicação do relatório de diárias e ajuda de custo no Diário Oficial no prazo de 60 dias, mencionando o nome do beneficiário, o valor pago e a respectiva motivação.

- De autoria do deputado Julio Garcia (PFL), PLC nº 27/03 faz renovável, pelo prazo de até seis anos, a licença para tratamento de assuntos particulares concedida a servidor público estadual. Segundo o parlamentar, a antiga redação do artigo 77 da Lei 6.745, sobre o Estatuto dos Servidores Públicos, era confusa e dava margens a qualquer interpretação que se desejasse.

- PLC 32/03 e PCL 33/03, de autoria do Tribunal de Justiça, por unanimidade, criando o cargo para Assessor para Assuntos Específicos, um técnico Judiciário Auxiliar e um estagiário para cada gabinete de desembargador e juiz.

- PLC nº 34, que altera a Lei Complementar nº 170, de 7 de agosto de 1998, sobre o Sistema Estadual de Educação, de autoria do deputado Wilson Vieira - *Dentinho* (PT). Este projeto pretende adequar o sistema de ensino de Santa Catarina à legislação federal que trata das populações de descendência africana.

- Projeto de Lei 493/03, proveniente da Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Antônio Ceron (PFL), que fixa os subsídios do governador em R\$ 8 mil, do vice-governador em R\$ 7 mil e dos secretários de Estado em R\$ 6 mil. Todos estes subsídios são relativos ao exercício de 2004, sendo que as despesas decorrentes desta lei ocorrerão por conta das dotações do Orçamento Geral do Estado do próximo ano, também aprovado na mesma sessão. O reajuste é determinado pela Constituição.



Comissões de Justiça e de Finanças analisaram últimos projetos de 2003

Homenagens

Quarenta e nove sessões solenes e onze especiais foram realizadas em 2003, atendendo requerimentos de todos os deputados, prestando homenagem a cidadãos e instituições catarinenses que se destacaram em diversas áreas, incluindo personalidades importantes da história de Santa Catarina. Nesta página as sessões que encerraram o ano. No dia 5 de janeiro, a Assembléia Legislativa realiza sessão solene em homenagem aos 500 anos do município de São Francisco do Sul.

Jornalista e escritor catarinense

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Na noite de quinta-feira, 4, foi o jornalista e escritor catarinense Moacir Pereira o homenageado na sessão solene requerida pelos deputados Onofre Agostini (PFL) e Sérgio Godinho (PTB). Além dos parlamentares catarinenses, diversas autoridades estaduais e municipais prestigiaram a sessão solene, entre elas o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Familiares, jornalistas e amigos do homenageado também acompanharam a sessão.

Agostini apresentou um histó-

rico pessoal e profissional de Moacir Pereira, que está completando 38 anos de jornalismo, com atuação em diversos veículos de comunicação do estado e do país. Godinho enalteceu o profissionalismo do homenageado em quase quatro décadas de trabalho, levando informações políticas aos catarinenses.

Também fizeram uso da palavra o presidente interino da Associação Catarinense de Imprensa, Fernando Linhares; o presidente da Academia Catarinense de Letras, Lauro Junkes; o governador e o presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT).

Em seu pronunciamento, Moacir acabou surpre-

endendo a servidora Jamile Machado, agradecendo seu carinho e dedicação no atendimento dos profissionais de imprensa. "Há 30 anos Jamile trabalha na Divisão de Imprensa, no atendimento aos jornalistas dos mais di-

versos veículos de comunicação que registram os fatos políticos do parlamento catarinense". Além dela, o jornalista homenageou também a servidora Elisabete Silveira Brandalise, do Departamento Parlamentar. (RMPP)



Jamile dedicou os últimos 30 anos à Divisão de Imprensa da Alesc



Elizabete, com o pai e amigos

Voluntários

A Associação de Voluntários de São José de Ação Social (AVJAS) foi homenageada em sessão solene presidida pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB), na noite da quarta-feira, 3, atendendo proposição do deputado Djalma Berger (PSDB).

"Queremos mostrar para todo o estado o que este grupo faz pelas pessoas. Sentimos muito orgulho por esse trabalho tão bonito, temos

uma grata satisfação em receber na Casa quem se dedica tanto em fazer o bem para os demais", disse Berger.

Os deputados Manoel Mota (PMDB), Sérgio Godinho (PTB), Nilson Nelson Machado - Duduco (PP) e Jorginho Mello (PSDB) também participaram da sessão e fizeram uso da palavra. Maria Eli Arruda Villamayor, diretora da Associação, agradeceu a homenagem feita pelos parlamentares. (DAB)

Orquestra Sinfônica de SC

Os 10 anos da fundação da Orquestra Sinfônica de Santa Catarina (OSSCA), completados no dia 25 de novembro, foram lembrados em sessão solene na terça-feira (2), por iniciativa do deputado Celestino

Secco (PP). O parlamentar destacou a dura caminhada, o amadurecimento e o talento de uma instituição musical que continua perseguindo seu sonho e seu espaço no cenário cultural, liderada pelo seu fundador e regente, o maestro José Nilo Valle.

Cidadão Catarinense

(foto Jonas Lemos Campos)

Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), o economista Luiz Hilton Temp, 51 anos, foi agraciado com o título de Cidadão Catarinense, em sessão solene na noite de segunda-feira (8). A proposição foi do deputado Herneus de Nadal (PMDB) e presta reconhecimento à destacada atuação de Hemp no setor cooperativista.

Segundo Herneus, o homenageado é um dos principais responsáveis pelo crescimento de 30% do ramo cooperativista nos últimos três anos em que está no comando da Ocesc, instituição composta de 307 cooperativas organizadas em 12 ramos de atividades e que, unidas, reúnem mais de 470 mil associados e empregam aproximadamente 17 mil pessoas.

Natural de Agudo, no Rio Grande do Sul, há 26 anos Temp reside em Santa Catarina. Sua relação profissional no segmento se iniciou na Cooperativa Regional Arco Íris, no município de Palmitos. Para Temp, as práticas e o ideal do cooperativismo contribuem decisivamente para a paz social e o fortalecimento da democracia. A situação de fragilidade do setor primário da economia e a necessidade de elevar as condições de vida e de trabalho do

produtor rural e sua família foram lutas que motivaram sua longa militância no cooperativismo.

Participaram ainda da sessão o governador Luiz Henrique da Silveira, que recebeu do mais novo cidadão catarinense a comenda Mérito Cooperativismo de Santa Catarina, o presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT) e os deputados Manoel Mota (PMDB) e João Rodrigues (PFL). (SD)



Herneus, Luiz Henrique, Temp e esposa